

ATA N.º 6/2025

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PENICHE,
REALIZADA NO DIA 19 DE SETEMBRO DE 2025:

Aos dezanove dias do mês de setembro do ano dois mil e vinte e cinco, no Auditório do Edifício Cultural do Município de Peniche, sito na Rua dos Hermínios, na cidade, freguesia e concelho de Peniche, com a participação dos senhores Joaquim Raul Gregório Farto (PS), Inês Grandela Nunes Lourenço (GCEPP) e Mário Rui Santana Mamede (GCEPP), respetivamente Presidente, Primeiro Secretário e Segundo Secretário, da Mesa, Teresa Cecília Batista Lopes (GCEPP), António Manuel Prioste Salvador (PSD), Pedro Henrique Lourenço Barata (PS) e Jorge Alberto Bombas Amador (CDU), respetivamente Presidentes das Juntas de Freguesias de Peniche, de Atouguia da Baleia, de Ferrel e da Serra d'El-Rei, e dos senhores Hugo José Santos Martins (GCEPP), Francisco Manuel Pinto da França Salvador (PSD), Francisco José de Abreu Lourenço (GCEPP), Nuno Rodrigo Sales Madeira (PSD), Anabela Correia Dias (PS), Susana Cristina Rosa Esperança (GCEPP), Henrique André da Silva Estrelinha (PS), Luís Fernando Mamede de Matos Almeida (PSD), Carlos Francisco Vala Chagas (PS), Margarida da Silva Martins (PSD), Carlos Miguel Cordeiro do Amaral Domingos (PS), Vítor Rui Franco Agostinho (CDU), Tiago Brás Correia (GCEPP), João Manuel de Jesus Gomes (PS), João Viriato Santos Oliveira (CHEGA), José Monteiro Henrique Rocha (CDU) e Paulo Alexandre Simões Ernesto (PSD), reuniu-se, ordinariamente, a Assembleia Municipal de Peniche, para uma sessão ordinária, com a seguinte ordem de trabalhos:

1.º - Aprovação da ata da sessão anterior.

2.º - Período de antes da ordem do dia.

1) Prestação de informações e/ou esclarecimentos sobre o expediente recebido;

2) Apresentação de moções, votos de louvor, congratulação, saudação, protesto ou pesar;

3) Apreciação de outros assuntos de interesse para o Município.

3.º - Período de intervenção do público.

4.º - Período da ordem do dia:

1) Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara, acerca da atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo;

2) Apresentação de pedidos de esclarecimento à Câmara Municipal por parte dos Presidentes de Junta de Freguesia;

3) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para a segunda alteração ao Mapa de Pessoal do Município de Peniche, para o ano de 2025;

4) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para a terceira alteração ao Mapa de Pessoal do Município de Peniche, para o ano de 2025;

5) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para a revogação da transferência da competência prevista na alínea g) e h) no n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, transferida para a Freguesia de Ferrel;

6) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para a doação dos edifícios da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei e do Fórum da Serra à Freguesia da Serra d'El-Rei;

7) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para a alteração

da quota anual da Associação Geoparque Oeste.

5.º - Aprovação da minuta da ata.

A sessão foi aberta, pelo senhor Presidente da Mesa, eram vinte e uma horas e cinco minutos, encontrando-se na sala dezoito dos vinte e cinco membros que compõem a Assembleia Municipal de Peniche.

Os senhores Tiago Brás Correia (GCEPP), Paulo Alexandre Simões Ernesto (PSD) e João Manuel de Jesus Gomes (PS), encontravam-se a substituir os senhores Jorge Manuel da Costa Batalha (GCEPP), Ana Filipa Vala Fialho (PSD) e Natália Susana Colaço Rocha (PS), respetivamente, que comunicaram a sua ausência, nos termos do n.º 2 do artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro.

Os senhores Mário Rui Santana Mamede (GCEPP) e Nuno Rodrigo Sales Madeira (PSD) compareceram no decurso da sessão, durante a apresentação de moções, votos de louvor, congratulação, saudação, protesto ou pesar, e os senhores Susana Cristina Rosa Esperança (GCEPP), Margarida da Silva Martins (PSD) e João Manuel de Jesus Gomes (PS) compareceram no decurso da sessão, durante a apreciação de outros assuntos de interesse para o Município e passaram de imediato a participar nos trabalhos.

Os senhores Licínio Pereira (GCEPP), Carlos Manuel Sousa Policarpo (GCEPP), Carla Alexandra Pereira Fernandes Delgado (GCEPP), David Pedrosa Antunes (GCEPP), João Carlos Rodrigues Viola (GCEPP), Sara Alexandra Oliveira Nunes (GCEPP), Rui Vasco Pereira Serpa Malheiros Cativo (GCEPP), Nuno Miguel Nobre Leitão (GCEPP), Joana Mafalda Batista Valério (GCEPP), António José Antunes Vieira (PSD), Carlos Jorge Franco Luís (PSD), Rita Alexandra Santos Marçalo (PSD), Carolina Pereira Vala (PSD), Carlos Alberto Reis Silva (PS) e Sandra Cristina Machado de Matos (PS), por serem os membros que se seguiam nas respetivas listas, também comunicaram a sua ausência.

Assistiram à sessão o Presidente da Câmara, senhor Henrique Bertino Batista Antunes (GCEPP), em cumprimento do estabelecido no n.º 2 do artigo 48.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, e os Vereadores, senhores Emanuel de Sousa Bandeira (PSD), Humberto Manuel Costa Ferreira (PS), Susana Sofia Baptista Esteves (PSD), Ana Margarida Silva Batalha (PS) e Maria Clara Escudeiro Santana Abrantes (CDU).

Os senhores Nuno Rodrigo Sales Madeira, eleito pelo Partido Social Democrata, e a Presidente da Junta de Freguesia de Peniche, Teresa Lopes, eleita pelo Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche, , saíram da sessão no decorrer do ponto três do período de antes da Ordem do Dia, apreciação de outros assuntos de interesse para o Município, pelo que não participaram no período da Ordem do Dia.

A sessão foi secretariada pelo Diretor Municipal de Desenvolvimento e Governança, do Município de Peniche, Rui Vargas, coadjuvada pela Assistente Técnica da Divisão de Administração e Finanças, Marina Luísa Duarte Nunes Viola.

APROVAÇÃO DE ATAS DE SESSÕES ANTERIORES

Foi presente a ata n.º 5/2025, respeitante à sessão ordinária do mês de junho, realizada no dia 27 de junho de 2025, respetivamente, tendo sido dispensada a leitura da mesma por o respetivo texto haver sido previamente distribuído pelos membros da Assembleia Municipal, ao abrigo do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 45 362, publicado em 21 de novembro de 1963.

Postas à discussão, não se registou qualquer intervenção.

Submetida à votação, a ata em apreço, constatou-se o seguinte resultado:

Ata n.º 5/2025 – Aprovada, por unanimidade, com quinze votos a favor.

Apenas participaram na aprovação da ata os membros da Assembleia Municipal que estiveram presentes na reunião, observando o n.º 3 do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES E/OU ESCLARECIMENTOS SOBRE O EXPEDIENTE RECEBIDO:

O senhor Presidente da Mesa, Joaquim Farto, deu conhecimento de que foi remetido por email e disponibilizado na Meocloud a informação semestral da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas sobre a situação económica e financeira do Município.

APRESENTAÇÃO DE MOÇÕES, VOTOS DE LOUVOR, CONGRATULAÇÃO, SAUDAÇÃO, PROTESTO OU PESAR:

A Assembleia passou à apreciação do ponto em apreço, tendo-se verificado as seguintes intervenções:

Francisco Lourenço (GCEPP):

Disse o seguinte:

«Gostaria de fazer um voto de balanço e de agradecimento ao trabalho do senhor Presidente de Câmara, Henrique Bertino, um voto que é merecido para todos aqueles que se dedicam à causa pública, independentemente da forma como o fazem ou da opinião pública que possa ter, e passo a ler: “No próximo dia 12 de outubro serão eleitos novos órgãos autárquicos, em primeiro lugar gostaria de agradecer ao Presidente, Henrique Bertino, os últimos anos de dedicação diária ao serviço do nosso município, com muitos sacrifícios pessoais, se fez tudo bem, se podia fazer mais ou melhor, sim poderia, se agradou a todos, não, mas nem Jesus Cristo agradou a todos e já passaram 2000 anos. Quem julga que o fim do período da árvore ou do tão propalado bertinismo é o fim dos problemas do nosso concelho, e que por uma espécie de magia ou pós de perlimpimpim como no universo do Pica-Pau Amarelo, engane-se. Tenho a certeza que Henrique Bertino sempre se esforçou para servir e fazer o melhor para o nosso concelho, para a nossa população, mesmo reconhecendo que, por vezes, podia ter feito melhor ou de forma diferente, mas o seu amor por Peniche, a sua seriedade, a sua honestidade estão acima de qualquer suspeita, vivemos tempos de uma gritante falta de civismo, falta de educação e em especial no que concerne à limpeza urbana e à vida em sociedade, nomeadamente enquanto a mentalidade for “eu pago para que os funcionários da Câmara limpem ou para que os funcionários da Câmara façam”, a solução não passa por aí. Ao próximo Presidente da Câmara e ao próximo Executivo Municipal desejo que em primeiro lugar coloquem sempre os interesses municipais e deixem de lado, de uma vez por todas, eventuais tricas ou egos pessoais. Que o próximo Executivo consiga governar com estabilidade, sem boicotes, com exigência e a gestão rigorosa e que nas decisões prevaleçam as melhores soluções para o nosso concelho. Como não serei autarca no próximo mandato, mas sou cidadão e estou atento, não podia deixar de agradecer e desejar um bom final de mandato ao Presidente Executivo, à presente Câmara Municipal e à presente Assembleia Municipal. Bem hajam!»

Presidente da Junta de Freguesia da Serra d’El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Disse o seguinte:

«Quero apresentar um voto de felicitação, porque o Mestre João Correia, esta semana, tornou-se 8.º Dan, na Coreia do Sul onde fez o exame e passou com distinção e, além de tudo, o senhor João Correia é um grande amigo, foi um amigo de infância, e nota-se que fez um percurso lindíssimo nesta área desportiva e com muito sucesso no nosso concelho, tem uma escola que todos nós nos orgulhamos. Deixo um voto de felicitação ao mestre João Correia que mais uma vez valorizou e potenciou a bandeira do Município de Peniche.»

Vítor Agostinho (CDU):

Disse o seguinte:

«O Grupo da Coligação Democrata Unitária apresenta um voto de saudação e de louvor a todas as entidades desportivas, todas as comissões de festas e autarquias que durante estes meses de férias, por todo o concelho, desenrolaram várias atividades festivas, desportivas, etc. Sabemos que o trabalho muitas vezes é um trabalho voluntário e abnegado que não é fácil, não são só os dias de festa visíveis de trabalho, são muitos mais dias, antes e depois, portanto, queria deixar esta saudação a todos os voluntários do concelho de Peniche que participaram na elaboração e na execução destes eventos desportivos e festivos no nosso concelho.

Quero também deixar uma palavra para todas as associações desportivas que agora iniciam a época desportiva, voto de uma boa época desportiva e que alcancem todos os resultados que desejem.»

APRECIÇÃO DE OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE PARA O MUNICÍPIO:

A Assembleia passou à apreciação do ponto em apreço, tendo-se verificado as seguintes intervenções:

Luís de Almeida (PSD):

Disse o seguinte:

«Manifestar, naturalmente, o meu orgulho por ter participado estes quatro anos neste órgão autárquico e dar um agradecimento a todos os que também fizeram parte destes trabalhos e todo o Executivo.

A minha comunicação tem que ver com o apresentar quase um estado de alma e um desabafo a esta Assembleia e prestar homenagem a alguns cidadãos que agora estão na ordem dos 90 anos, em concreto, o meu pai, senhor Luís Alberto Almeida e o senhor João Avelar que se batiam sempre e que se batem ainda sempre pelo nosso património, com manifestações que eu por vezes sinto até excessivas, por parte do senhor João Avelar, no deixar andar de alguns símbolo que acabam por ser marca da nossa identidade.

Eu esta semana tive cá dois amigos e resolvi ir mostrar-lhes a Fortaleza. Tinha presente que nesta Assembleia se tinha decidido que não se pagava para entrar no espaço exterior ao Museu e foi nesse sentido que convidei esses meus amigos. Cheguei à Fortaleza às 17:15 horas, a Fortaleza fecha às 18:00 horas, estava um segurança que disse que a partir das 17:15 horas não pode entrar ninguém, só sair, eu disse-lhe que era só para o exterior, humilhei-me a ponto de dizer que perguntasse à senhora Diretora ou a alguém responsável, apresentei-me e a senhora responsável colocou a responsabilidade no segurança que me disse que se é para um é para todos, eu agradei e vim-me embora. Na verdade, aquilo foi um sentimento de que às 17:15 horas aquele espaço, que devia ser público, está fechado, não podermos visitar nem o exterior foi para mim bastante chocante e é nesse sentido que venho manifestar aqui o meu desagrado e para os próximos autarcas refletirem se é esta a forma com que devemos tratar o nosso património. Na minha opinião, aquela porta exterior devia estar aberta de forma franca, provavelmente a segurança não estava nessa porta, mas atrás, porque o Museu é pago lá dentro, não me parece que seja razoável fechar às 18:00 horas,

portanto, eu estou aqui concretamente a prestar um desabafo, porque acho que aquele espaço não pode ser gerido desta maneira.

Quero dizer que a grande expectativa do Museu, não sou contra o Museu, mas também não sou a favor, o número de pessoas que traz não parece que afete sobremaneira a economia do nosso concelho e de facto os eventos ou o contributo cultural que tem dado, além da visita, não me parece ser muito significativa, concretamente neste ano de 2025.

Estou a ter esta conversa, porque me parece que a Câmara devia iniciar, o próximo Executivo, naturalmente, de forma célere a instalação da área que está disponível ao Município no que diz respeito ao apoio da população aos resistentes e aos presos, que talvez esse fosse o caminho de aquele espaço ficar aberto e, eventualmente, aquele espaço não ser da responsabilidade do Museu, mas ser da responsabilidade da Câmara. Isto é uma discussão que aparentemente estava encerrada, mas eu acho que a população não deve permitir que esta discussão seja encerrada.»

Carlos Miguel Amaral (PS):

Disse o seguinte:

«Esta minha última intervenção nesta Assembleia é, como sempre foi nestes quatro anos, de confronto democrático frontal, baseado em factos e focado no interesse público.

O senhor Presidente da Câmara escolheu durante este mandato governar com promessas por cumprir e a tese de que com maioria governa-se melhor e a uma só voz, eu defendi sempre o oposto, governa-se melhor ouvindo, prestando contas, aceitando o escrutínio e corrigindo o que está mal.

Quem me conhece sabe que na vida pessoal, profissional e política sempre me pautei pela conduta, pela transparência, acredito que a confiança nasce da verdade e a clareza de pensamento, valores que levo comigo em todas as áreas da minha vida.

Ao longo deste mandato assumi várias posições nesta Assembleia Municipal que se distanciaram das decisões tomadas pelos eleitos do Partido Socialista no Executivo, não por capricho ou por arrogância, mas por coerência com o mandato que os munícipes deste concelho me confiaram, pensar pela minha cabeça e votado pelo interesse público, autonomia não é rotura, é responsabilidade.

Tenho orgulho no trabalho que aqui fiz, debati, coloquei questões concretas, devidamente fundamentadas, propostas exequíveis e foco nas pessoas.

A política local não é um clube de amigos, é serviço público e serviço público faz-se com rigor e não com palmadas nas costas.

O que ficou claro nestes quatro anos é o padrão de incapacidade de gestão, planeamento errático, orçamentos que não casam com a execução, decisões tardias e decisões que se arrastam sem cronogramas credíveis. A liderança assentou na lógica “eu quero, eu mando” não da cultura de serviço ao cidadão e isto não é gestão é apenas improvisado, ainda por cima caro para o munícipe. Governa-se melhor quando se definem prioridades claras, publicam-se os dados e cumprem-se prazos legalmente estabelecidos. Governa-se melhor ouvindo e construindo maiorias em torno de soluções sólidas, o senhor Presidente sozinho e quando acompanhado falhou em priorizar, falhou em explicar e falhou em executar, falhou nas suas responsabilidades, veja-se o caso da Comissão da Cogestão da Berlenga onde deveria ser o senhor que fazia acontecer e o que sucedeu foi totalmente o oposto como foi demonstrado naquela sessão temática, sendo até por vezes ridicularizado pela Administração Central com a produção de legislação, acima de tudo pela sua inercia. Falhou no essencial da vida das pessoas, ficou por fazer na área da Saúde, promessas vagas e pouco ou nenhuma pressão política eficaz junto de quem decide e a pressão política mede-se em trabalho realizado e não em intenções. Na habitação discursos sobre estratégia, leia-se falhada, e zero respostas em escala, um parque municipal de habitação em total abandono sem qualquer solução da sua parte. Veja que conseguiu não ter ainda hoje o jardim infantil no centro de Peniche, uma

necessidade evidente para todos. Parque de campismo e Vale do Grou os projetos âncora sem fundo, venderam-se grandes ideias e âncoras, agora muito em voga, para a economia local. Parque de campismo e Vale do Grou, onde está espelhado o valor económico? Qual a mais-valia de receber uma renda e pergunta-se, onde se encontram aplicados ao serviço da população os quase três milhões de euros recebidos ou é apenas um suporte para o pagamento de despesas com pessoal, para manter o equipamento fechado e quebrar uma economia circular. Onde está o estudo de viabilidade económico em relação ao Vale do Grou, apresentou um conjunto de empresas ou particulares, nunca cheguei a perceber, a estes Deputados que teriam interesse na instalação numa folha A4 escrita no final de dia. Onde estão os estudos que relacionam os empregos que iam gerar e, por sua vez, qual o seu contributo para o comércio local, quem não mede não gere, é básico.

Acho que ficou bem claro para todos na Assembleia Municipal temática sobre o Vale do Grou que apresentou uma mão cheia de nada ao contrário de quem achava que tinha uma mão cheia de tudo. Ideias e conteúdos é algo que consigo nunca resultou, a si e a quem votou a favor desta proposta nestes moldes, não foi só votar contra por votar, foi por não existirem bases sustentáveis para se avançar com este projeto alicerçado nas suas explicações que foram visivelmente insuficientes sem quaisquer dados factuais, o concelho precisa de respostas de proximidade, não de anúncios.

Aquisição de edifício para instalação de futuro museu, votei contra a instalação do museu tal como foi apresentado, pelos valores envolvidos, pela localização, repare por exemplo que quem fosse ao museu nem precisava de entrar na cidade bastava subir a Marginal e descer pelo mesmo sítio, pela ausência de uma análise séria de custos benefícios face a necessidades mais urgentes em outras áreas, educação, saúde, habitação, segurança, falo do quartel da GNR mais um projeto âncora, mas como o senhor referiu, o fundamental é a oportunidade de negócio, importante para as pessoas era gastar mais dois milhões de euros naquela aquisição, felizmente esta Assembleia reverteu a decisão de quem votou favoravelmente na Câmara.

Em relação à publicação do meu nome no Jornal "A Voz do Mar", agradeço que o mesmo tenha sido referido na imprensa pelas melhores razões, por ter votado contra, mas registo um à parte que até pode incluir no seu compêndio de memórias, no artigo o senhor Presidente refere o meu nome como Carlos Domingos, é verdade, mas aqui nas minhas intervenções, nas atas produzidas ou no concelho sou mais conhecido como Carlos Miguel Amaral da mesma forma que o senhor Presidente é conhecido como Henrique Bertino e não por Henrique Antunes, portanto, se quiser ter mais visibilidade e abrangência no lançamento de farpas, o rigor começa pelo nome.

Sempre que os documentos não defenderam o interesse público disse não, votei contra a derrama de 2025 por penalizar investimentos sem demonstrar retorno local concreto, votei contra as Grandes Opções do Plano (GOP), Orçamento e Mapa de Pessoal do Município por incoerência entre prioridades anunciadas e alocação de recursos e por aumentar despesa sem garantias de melhor serviço ao munícipe, aliás, nunca votei a favor dos orçamentos a que fui chamado para votar e por coerência os respetivos mapas e mantive a oposição, tal como atrás referi, à aquisição do imóvel, bem como àquela fantástica proposta que apresentou sozinho ou acompanhado, para os Nómadas Digitais.

Democracia é isto, votar em consciência e com bases sólidas e factuais, colocando sempre o interesse público em primeiro lugar, não com piloto automático ligado com rumo definido por quem pensou ou achou que todos devem pensar da forma que se pretende.

O senhor Presidente repetiu até vezes de mais que não o deixam governar, que chumbam por chumbar, não confunda escrutínio com perseguição, foi chumbado o que tinha de ser chumbado. Quando o Executivo trabalhou bem em certas propostas, poucas, existiu aprovação, mas quando trouxe propostas e dossiers fracos, quando eu digo fracos é na ideia, conteúdo e resultado, houve reprovação, é assim que a democracia protege os cidadãos, democracia é isto, regras, contraditório e decisões sustentadas, a confiança não se pede, conquista-se e governar não é gerir opiniões, é gerir

factos.

O senhor Presidente prometeu escrever, também nas suas memórias, receio que seja mais do mesmo, autojustificações e azedume contra quem discorda, a crítica não é um ataque pessoal é sim um serviço público à comunidade, se há argumentos responda com dados, não com rótulos.

Ainda em relação à democracia posso dizer que até fui um privilegiado, desde pequeno cresci a ouvir política em casa, ainda por cima dois partidos de centro-esquerda e centro-direita, Partido Socialista e, como alguém costumava dizer, PPD/PSD, sem dó ou ideologias aprendi que a democracia é ouvir o outro e também colocarmo-nos no seu lugar e este exercício deveria ser a regra, infelizmente em demasiadas situações não é e este mandato assim o comprova. Perceber se as intenções vão ao encontro do superior interesse do munícipes, inclusive nesta Assembleia, presumo que o senhor Deputado Francisco Salvador e o senhor Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei ainda se recordem que elementos da minha família estiveram em lados opostos, uma mãe de um lado e dois filhos, penso que até seja caso único, portanto, lições de democracia não as levo de si nem de ninguém, o mais importante é e sempre será o interesse público, foi sempre isso que me ensinaram e foi sempre essa máxima que como autarca neste Município me guiou. Senhor Presidente, quem governa a uma só voz governa para si, quem ouve governa para todos, a crítica não é ataque, é serviço público.

Aos futuros candidatos à Presidência da Câmara deixo três notas:

1 - Prioridade às pessoas, educação, saúde, habitação, economia e segurança primeiro, o resto alinhasse a partir daqui.

2 - Investimento com retorno, cada euro gasto tem de mostrar benefício que seja mensurável no território, emprego, rendimento e qualidade nos serviços públicos.

3 - Prazos e "accountability", responsabilidade, quem anuncia assume prazos, quem falha explica, quem cumpre presta contas.

Peço aqui os seguintes pontos de situação ao senhor Presidente, porque a política séria termina em compromissos verificada:

- Jardim principal, data de conclusão.

- Rua 13 de Infantaria, ponto de situação;

- Multiusos dos Bombeiros, em que ponto se encontra o parecer prévio do Tribunal de Contas.

- Parque de campismo, como está o processo, cronograma da obra, cumprimento financeiro.

- Vale do Grou, estudo de viabilidade económico-financeiro, entidades interessadas, o modelo de financiamento e análise de impacto económico.

- Centro de Recolha Oficial de Animais (CROA), após a aprovação do empréstimo em que ponto estamos.

- Cuidados de saúde, existe algum plano articulado com o Ministério para reforço de médicos de família e melhoria de equipamentos.

- Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, gostaria de saber se houve ou está prevista alguma alteração ao nível dos horários e piquetes.

Aproveito a oportunidade de enaltecer, e hoje estive a assistir à reunião de Câmara, o sucesso alcançado pelo projeto "Península Praias + Seguras 365", a todos os envolvidos, seja o Município, a Associação de Concessionários de Praias de Peniche (ACPP) e a Associação de Nadadores-Salvadores, por isso os parabéns ao Executivo na aposta que realizou nesta área tão importante para a segurança.

Por fim, agradeço aos meus colegas de bancada, aos que são candidatos peço que, caso sejam eleitos, continuem a intervir como mostraram nestes quatro anos e a ser críticos quando for necessário e incómodos quando for preciso. Usando o paralelismo com o futebol, ser sócio de um clube não impede ninguém de dizer que o clube joga mal e acima de tudo exigir mudanças. Há um

bem maior, a população do concelho de Peniche.

Obrigada ao líder de bancada, senhor Deputado Henrique Estrelinha, que tal como eu termina o mandato, pela abertura e confiança para discutirmos problemas reais do município.

Obrigada ao senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata, que também vai finalizar o seu mandato, pelo exemplo de missão, pôs o saber ser e fazer ao serviço das pessoas, “Pedro, com certeza que num futuro, espero eu, próximo, voltaremos a encontrarmo-nos, porque como dizes e partilho, ser político é uma missão e não uma profissão”.

Agradecer aos restantes Deputados, aos que terminam a partilha de ideias, esperando que as minhas posições tivessem contribuído para os verdadeiros interesses dos nossos munícipes.

Aos futuros candidatos, a este órgão e à Câmara apelo ao compromisso e ações que tomem individualmente ou como executivo ou como grupo pelo bem-estar coletivo e pelo desenvolvimento sustentável deste concelho, mais do que interesses pessoais ou ambições individuais é fundamental que cada decisão seja dirigida à responsabilidade social, à escuta da população e à construção de soluções, foi nesse intuito que durante quatro anos tentei dar o meu melhor, o meu contributo, na capacidade de transformar positivamente a vida das pessoas. Enquanto aqui estive não contaram comigo para o silêncio cúmplice, mas sim para exigir, fiscalizar e propor, o que está verdadeiramente em causa não é quem fala mais alto, é quem decide melhor pelos nossos munícipes e pelo bem público. Obrigado.»

Presidente da Junta de Freguesia da Serra d’El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Disse o seguinte:

«Eu quando ouvi a intervenção do senhor Deputado Luís de Almeida lembrei-me do seguinte, eu acho que todos nós estamos muito atentos ao que se passa nas redes sociais neste mês, até por que estamos em campanha eleitoral, e como nunca vi tantos Ministros e tantos Secretários de Estado no concelho eu acho que o senhor Deputado Luís de Almeida errou o telefonema, podia ter ligado a um membro do Governo e ele resolvia aquilo, porque o Museu tem uma gestão que não é municipal, eu acho que esta é que é a grande questão e, senhor Deputado Luís de Almeida, eu não sei se o horário deve ser até às 18:00 horas, às 18:30 horas ou até às 19:00 horas, eu acho que a questão do Museu tem de ficar clara, e aí eu concordo com o senhor Deputado Luís de Almeida, o horário da visita ao Museu, ponto um, ponto dois, deve também ficar claro que os espaços A, B ou C são públicos e isso significa que tem um horário diferente, não se culpe o segurança, porque ele cumpre ordens.

Caro Presidente da Assembleia Municipal, eu tenho um enorme respeito por si, mas esta Assembleia Municipal ficará marcada por aquilo que foi aqui dito até na intervenção anterior, um espaço muito bom, um espaço de debate democrático em que normalmente não estamos nada de acordo uns com os outros, mas isso é bom, não tem problema nenhum, e às vezes há confronto de opinião, de argumentação e de fundamentação, mas há dois momentos desta Assembleia que eu gostaria que não voltassem a ser repetidos.

Ponto Um – A imposição de tempos para as pessoas poderem usar da palavra. Eu não tenho dúvidas nenhuma que essa proposta tinha um alvo principal, chama-se Presidente da Junta de Freguesia da Serra d’El-Rei, era preciso limitar a sua intervenção na Assembleia Municipal, não tenho dúvidas disso, aliás, nem vale a pena barafustar, porque isso perpassou para todo o lado e nesse aspeto acho que foi uma má decisão a aprovação daquele regimento.

Ponto dois – Acho que foi uma boa votação a alteração relativamente aos tempos, relativamente aos Presidente de Junta de Freguesia também tive a oportunidade de lutar muito por isso, porque deu-nos a oportunidade de ter tempo fora dos grupos para poder colocar questões, se os tempos depois foram cumpridos ou não a responsabilidade é da Mesa da Assembleia, não é de quem intervém, o Presidente de Câmara também usava os tempos todos.

Há um segundo aspeto desta Assembleia que eu não posso deixar de manifestar a minha

insatisfação como autarca. Lembrar que, em dezembro de 2023, apresentei à Mesa da Assembleia uma proposta concreta para uma Assembleia específica para discutir as questões da Saúde, esperei o 2024 e chamei à atenção para isso, esperei o 2025 e chamei várias vezes à atenção para isso, hoje é dia 19 de setembro de 2025 e parece que a Assembleia se vai realizar no dia 19 da parte da tarde e eu acho que isso não foi feliz, julgo que a Assembleia devia ter reunido sobre uma questão que é nevrálgica para todos que é a situação do nosso hospital, do serviço de urgências que agora é notícia, não é por estar aberto, é por estar fechado, a saúde é decisiva relativamente à segurança das populações e Peniche tem falta de médicos na cidade, a Atouguia da Baleia tem falta de médicos na Freguesia de Atouguia da Baleia, a Serra d'El-Rei tem aquelas consultas online em que o médico está no Porto a ver as pessoas e Ferrel ainda tem médico e eu acho que este é um problema que a Assembleia Municipal nunca pode voltar as costas e voltou, a questão da saúde deveria ter merecido uma atenção, um cuidado e, caro Presidente, eu não encontrou qualquer desculpa para este facto e lamento que esta tenha sido uma das ausências que tenha caracterizado o funcionamento da Assembleia ao longo de quatro anos.

Eu ouvi à pouco a intervenção de balanço do senhor Presidente da Câmara, Henrique Bertino, respeito aquilo que foi dito, naturalmente, mas não vou entrar por aí, porque acho que não é este o momento para discutir esse assunto, na minha opinião, eu já estive sentado naquela bancada doze anos e quero-vos dizer que, ainda hoje estive em Viseu com um dos Presidentes de Câmara mais antigos do país, a Câmara Municipal é, do ponto de vista humano, do ponto de vista político, do ponto de vista intelectual muito, muito exigente. Julgo que o processo de descentralização que foi imposto, na prática, às Câmaras Municipais, com aqueles vinte e três dossiers, foi uma brutalidade que foi colocado aos municípios, aliás, nós tivemos aqui uma Assembleia em que discutimos os efeitos práticos nos cofres do Município de Peniche relativamente à educação e os números não enganam, os números são, do ponto de vista prático, um ataque à autonomia do poder local, porque quando se dá ao poder local os meios para aquelas competências é normal, é natural, quando não se dá as consequências são sempre más e o processo chamado descentralização que foi feito, em relação a várias e que eu destaco a educação, foi muito mauzinho e não venham para cá dizer que houve negociação, porque não houve uma negociação séria, eu estou muito à vontade para dizer isto, porque faço parte daquela comissão da Assembleia da República em que isto é discutido e já tive a oportunidade de manifestar a minha opinião no sítio certo, portanto, a descentralização que foi feita para os municípios foi má e isso teve reflexos para todos.

Relativamente às promessas, naturalmente, o senhor Presidente, Henrique Bertino, está aqui e deve defender-se, não tem nada a ver com essa parte.

Há uma matéria que eu não consigo encontrar nenhum argumento para não estar concretizada e é a questão da segurança, a questão da GNR. Há uma coisa que todos sabemos, foi exigido que a Câmara fizesse as infraestruturas, a Câmara fez, há uma coisa que sabemos, a GNR não tinha vontade de sair de Peniche, há uma coisa que sabemos, ainda não começaram as obras do quartel da GNR, ou seja, há aqui uma série de coisas que é difícil perceber, então se a GNR não tinha vontade de sair de cá, se não querem sair da cidade, se o Governo não faz a obra, se não faz um protocolo para a Câmara fazer a obra, então mas estamos a falar de que quartel, é o quartel de quê, esse quartel é um embuste, o Governo tem de por na sua cabeça se quer o quartel ou se não quer, agora, se o Governo originou e obrigou, na prática, que o Município fizesse as infraestruturas, o terreno não pagaram, as infraestruturas não pagaram, só tinham de pagar a execução da obra, mas pior ainda, e eu já tinha alertado aqui na Assembleia Municipal, é que há milhões dos quadros comunitários para usar na construção de quartéis e o país gastou 50% desse valor, qual é a explicação que vão dar ao povo de Peniche relativamente a essa matéria, há 50% do valor para gastar, para investir, para construir e não fazem o quartel porquê, por um milhão de euros, no máximo, não fazem porque não querem, está aqui a resposta, e nós estamos em campanha

eleitoral e isto é preciso dizer, os responsáveis são, nem mais nem menos, o Governo que está em gestão e é preciso assumir isto, porque não quer enfrentar a GNR para não ficar mal com a GNR, mas depois obriga as autarquias a investir naquilo que era da sua responsabilidade e que eu fui sempre contra, sempre achei que quem devia fazer as infraestruturas era o Governo, porque o quartel da GNR é da responsabilidade do Ministério da Administração Interna e não de qualquer Câmara Municipal, pior que isso é que não fez nada, eu acho que essa é para mim a questão mais importante relativamente a um assunto que já passa mandatos do senhor Jorge Gonçalves, do senhor António José Correia e agora do senhor Henrique Bertino e vai passar para outro, não há dívida nenhuma, e não está construído, portanto, gostaria de deixar estes lamentos.

Gostaria também de sublinhar a forma como esta Assembleia funcionou, democrática, aliás, bastante plural, e acima de tudo a capacidade de encache que o senhor Presidente da Assembleia teve para nos aturar a todos, não é fácil, porque cada um tem a sua forma de estar, de intervir, etc., e aí o senhor Presidente esteve brilhante, não tenho problema nenhum em reconhecer aquilo que as pessoas fazem de bem chamando à atenção para dois aspetos que me marcaram muitos relativamente à não intervenção da Assembleia, a saúde e as questões obviamente da segurança da nossa população, estou farto de ver a GNR em Peniche.»

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse o seguinte:

«Em relação à questão que o senhor Deputado Luís de Almeida colocou, não me vou pronunciar, tenho a minha opinião, posso dizer que acho muito insuficiente as instalações que podem ser disponibilizadas para o museu, já que o Município de Peniche é rico no acervo museológico que tem para expor e o edifício que foi chumbado pelo menos tinha cerca mil e quinhentos metros e ainda assim não dava para expor tudo, mesmo em forma rotativa, mas essa é outra questão e não vale a pena estar a perder muito tempo com isto.

Senhor Deputado Carlos Miguel Amaral, obrigada pelas provas de amor que me tem dedicado durante estes quatro anos, eu acho que não é bem isto a democracia, mas isto tudo está gravado, espero que um dia alguém faça o estudo. Como o senhor Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei disse que o senhor Presidente da Assembleia Municipal teve muita paciência, a mim dizem-me como aguentei os oito anos, logicamente que, em 2023, eu percebi que não queria que isto aguentasse e que eu me fosse embora, mas eu não iria embora mesmo que ficasse a governar ou a tentar governar por duodécimos.

Em relação ao parque infantil do Jardim das Rendilheiras, quero dizer que já vamos no terceiro concurso, eu acho que ninguém vai ao site do Município nem ninguém vê o que se passa na gestão do Município, por várias razões os dois primeiros concursos tiveram de ser anulados, estão a ser apreciadas as propostas, foram apresentadas quatro, estão a ser avaliadas duas, porque as outras foram excluídas. O que não faltaria se fosse outro Presidente que estivesse este tempo todo e que acontecesse isto com este e com outros processos que não andaram, mas eu é que sou o incapaz e isto tudo funciona muito bem cá dentro e a situação é o que é, no caso em concreto até acho que houve algumas infelicidades que nem os técnicos têm responsabilidade. Espero que, entretanto, mesmo depois de me ir embora, a obra do parque infantil inicie no Jardim das Rendilheiras e que para a próxima primavera seja concluído para as nossas crianças. Há processos que não andaram por outras razões, mas este processo era para andar e não andou, independentemente de, num determinado momento, ter estado mais parado, porque a disponibilidade financeira para pagamento a fornecedores não era assim tão grande e como sabem nunca houve a disponibilidade da Assembleia e às vezes nem da Câmara para aprovar o reforço financeiro.

A Rua 13 de Infantaria, para além de outros procedimentos que eram necessários desenvolver, recentemente tivemos de fazer uma escritura para provar que o edifício das antigas

cadeias era do Município, mas não é a primeira, já houve várias, apresentamos testemunhas fazemos a escritura, registos e outros processos que ainda não conseguimos fazer, inventámos, felizmente, à quase oito anos um Setor do Património para estas e para outras coisas, mas a Rua 13 de Infância e o estudo que existe não sei se ainda está para parecer da entidades, mas o objetivo é ser suportado por uma candidatura a fundos comunitários que, supostamente, está garantida e é isso que se está a fazer, portanto, está dentro do prazo, já se fizeram um conjunto de procedimentos e espero que em breve, penso que se as coisas correrem bem durante o ano de 2026 a obra seja iniciada.

O parque de campismo, independentemente do que dizem e que podem dizer, há muita liberdade e naturalmente cada um de nós pode dizer o que quiser, aliás, uns são muito competentes e outros são muito incompetentes, mas depois vê-se o histórico de cada um e às vezes não corresponde bem à mesma coisa, aliás, até acho piada, falam muito no percurso de alguns e de outros nunca falam, por isso é que eu digo, sou empregado de escritório, administrativo, autarca e pescador nas horas vagas e acabou, não é preciso acrescentar mais nada. O parque de campismo, vou continuar a dizer que daqui a uns anos vão dizer “aquele teimoso se calhar até tinha razão” e comparando com as outras várias histórias que ao longo dos anos vieram aparecendo sobre o que é que queriam fazer no parque de campismo e mesmo nesta Assembleia Municipal, seria um fartote e podemos falar mais à frente quando isso acontecer, o parque de campismo é um contrato que por várias vicissitudes da empresa atrasou a execução do projeto, tem o projeto aprovado, levantou o alvará de obras em agosto ou no princípio de setembro e esperamos que vá iniciar a obra. Chamo à atenção que é um investimento que substitui o Município que não tinha capacidade financeira, na altura eram quatro milhões, tem um contrato que tem estado a cumprir, em termos de pagamentos, independentemente do que se possa analisar, pode haver outras opiniões nomeadamente jurídicas e contratuais, isso é para quem quiser meter-se nisso, eu tenho esperança que comecem as obras e que conclua, porque para além da receita do arrendamento sempre previmos que com a aplicação da taxa turística passará a ser uma receita muito considerável só do parque de campismo.

Em relação ao Vale do Grou, podem pintar com as cores todas, mas objetivamente o que está demonstrado, mesmo num A4, é que havia potenciais interessados e aquilo era um projeto viável, aliás, podíamos ter gastado mais cinco ou seis mil euros, não conta nada, é do erário público e fazíamos o estudo de viabilidade como fizemos para o parque de campismo e depois não aprovavam à mesma, porque o objetivo que está por trás da não aprovação do Vale do Grou alguém há-de um dia contar, porque uma empresa queria noventa mil metros, outra empresa queria cinquenta mil metros, depois havia alguns particulares e empresas e já não havia disponibilidade para satisfazer todos os interessados, inviabilizou-se, agora arranjem os argumentos que quiserem.

Em relação ao CROA, é uma história mal contada e vamos ter consequências, porque o CROA foi, durante o mandato passado, doze vezes ou treze vezes a reunião de Câmara, porque queriam entalar o Henrique Bertino por ter sido presidente da associação. O CROA pode desenvolver-se o processo a partir do momento que entra um novo mandato e os Vereadores Ana Batalha e Ângelo Marques viabilizaram, depois, os passos que se deram para trás e para a frente foram muitos, aliás, os técnicos têm todos os registos e os cronogramas, e também já foi três vezes a concurso, o problema é que já passa de um milhão de euros, ninguém apresenta proposta já passa de um milhão de euros e o esqueleto está lá montado, eu gostava muito de ter começado, aliás, se tivesse tido tempo, agora, na parte final, se não nos tivéssemos metido em outras obras que ninguém vê, nomeadamente nas escolas, agora as obras que se fez em tempo relâmpago nas antigas instalações que a Santa Casa da Misericórdia tinha o jardim infantil, em menos de um mês as nossas equipas, técnicos e assistentes operacionais, conseguiram pôr aquilo a funcionar em menos de um mês e é um investimento considerável, como noutros, às vezes passam ao lado. O CROA está para decidir, provavelmente se me perguntarem a minha opinião, acho que tem de se olhar para o projeto, ver o que é possível concretizar e tem de ser por administração direta, porque não há um milhão de

euros, pelo menos neste momento não há, até por que a Câmara tem muitos milhões para gastar e espero que executem como fizeram comigo, não vão fazer empréstimos para executar, a mim não me deixaram, nem para o alcatrão, só aprovaram os empréstimos que tinham de aprovar e esses ficam ou todos pagos ou quase todos pagos, eu tenho muito gosto em ver o número dos trabalhadores, o pagamento a fornecedores e a dívida que a Câmara tem e comparar a 2017.

Dos candidatos, o Presidente que vier se me quiser ouvir, ouça, tenho vastas informações para dar, alguns sabem tudo, provavelmente não precisam de nada, não sou eu que decido isso.

Em relação à saúde resta-me só dizer uma coisa, eu já ouvi aqui de tudo, estou muito tranquilo porque eu vou sair e seja quem vier vai resolver o problema da saúde, uns mais do que outros, portanto, estou muito tranquilo, há aí médicos por todo o lado, aliás, as urgências não estão a fechadas, não há o problema neste momento em Setúbal da Pediatria, não são as regiões do Oeste e de Lisboa e Vale do Tejo com mais problemas com falta de médicos, acompanhados com o Alentejo e com o Algarve, aqui temos falta de médicos porque gostamos. Concordo com o senhor Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador, eu não fiz a minha parte, mas a Assembleia também não fez a parte dela e quando, há muitos anos, houve o desenvolvimento das lutas ou das manifestações tem muito a ver com o clima que existe, o clima que existia não é o mesmo clima que existe comigo, quer dizer, é dar beijinhos e abraços a quem continua a dar manifestações de maldade, de situações que eu nunca vi neste concelho, eu assisti aos mandatos todos, nem vou classificar esta Assembleia, independentemente do que disseram, eu assisti a todos e vou usar os dados que tenho, tenho muitos dados e tenho muitos elementos, como eu entender, se quiser fazer as minhas memórias é opção minha.

Sobre os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, há uma situação dos piquetes dos SMAS que é irregular há dezenas de anos, até por causa da legislação e outras coisas. Eu manifestei ao senhor Diretor Delegado e aos meus colegas do Conselho de Administração que não gostava de sair, tecnicamente discutimos isso antes de ir ao Conselho de Administração, sem pelo menos procurarmos com os dois sindicatos que têm representatividade para arranjar uma solução e estamos nessa fase, aliás, ainda hoje foi um documento à reunião de Câmara que está fechado, outros documentos do Conselho de Administração estivemos a avaliar na semana passada, alguns mais bem preparados outros menos preparados, entendemos que eram assuntos que deveriam ser tratados pelo próximo Conselho de Administração, as coisas estão a funcionar como se não houvesse eleições.

Em relação a algumas coisas que o senhor Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei disse, descentralização de competências da Educação, Saúde, Praias, Docapesca utilizámos, se calhar, milhares de horas nessas frentes. Penso que na Educação, independentemente de continuar a haver uma verba considerável que a Câmara tem de investir e que não é ressarcida pelo Ministério, mas penso que no geral melhorou-se de forma significativa, estão-se a aperfeiçoar os métodos, algumas das partes de gestão estamos a fazer experiências e transferência com acordo e aí agradeço à senhora Chefe de Divisão, Carla Carriço, e ao senhor Diretor Municipal, Dr. Rui Vargas, particularmente, pelo empenho nestas duas áreas, é um pelouro meu, mas que neste mandato e já com a senhora Vereadora Ana Batalha começámos a entrar num caminho, foi um caminho muito difícil e acusam-nos muitas vezes de não dar-mos dados, de não dar-mos elementos, não dar-mos informação. Há pouco, o senhor Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador, falou nos dados da educação, aquilo foi apresentado nesta Assembleia e, provavelmente, quase ninguém ligou, porque é exemplificativo do que se passou, estão ali os dados todos, mas não interessa. Eu costumo dizer que os dinheiros públicos são para investir no essencial e não no supérfluo e a educação é essencial, deve ser a primeira das prioridades e dentro dessas prioridades, das nossas crianças. Já ouvi falar que há pessoas que defendem que a Câmara tem de pagar tudo ou alguém tem de pagar tudo, se o Ministério colocar cá o dinheiro se calhar a Câmara tem capacidade para tudo, nomeadamente para pagar a alimentação a todos os alunos a 100%, mas

alguém tem de pagar, porque a Câmara já está a pagar uma fatia considerável, mas penso que o passo que se está a preparar e penso que as medidas estão tomadas que é iniciar numa escola, novamente, a confeção das refeições, é recuperar uma decisão que não resultou de há uns anos atrás que foi retirar a confeção das escolas às próprias escolas e penso que aí será muito positivo.

Em relação à GNR e ao quartel da GNR, nós, só das infraestruturas, foram quase quatrocentos mil euros, pedi recentemente os dados da aquisição dos terrenos e não me deram. O compromisso que há com o Governo é que eles têm de fazer o projeto, foi isso que eles se comprometeram e, logicamente, têm de pagar o edifício, eu concordo com o senhor Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, a Câmara já pôs mais do que devia ali, mas também sou testemunha, não com este Governo e sim com o anterior, que a senhora Ministra foi muito afirmativa perante os responsáveis da GNR que a GNR era para ir para a Atouguia da Baleia, quisessem ou não quisessem, do atual Governo iniciámos essa conversação, penso que há dossiers, até porque depois mudou o Governo, nós tínhamos a situação mais ou menos controlada, e este ano acabou por contrariar nesta área e noutras áreas a negociação com o Governo, mas esta foi uma dessas áreas. Acho que o próximo executivo, um dos projetos, se quiser, naturalmente, a trabalhar rapidamente é esse, mas há outro que toda a gente se está a esquecer, não sei se será, porque Óbidos e Caldas da Rainha têm outra posição, que é o Hospital Regional. O nosso hospital é importante, entendemos cada um o que entender que deve ser o nosso hospital, há visões muito diferentes, mas é imperdoável que nos próximos tempos, dentro desta legislatura, não se tome a decisão de construir o novo hospital da região, para mim é indiferente ser no Bombarral, nas Caldas da Rainha ou em Óbidos, porque a proximidade é relativa, mas construam-no. Agora vão mudar os Presidentes e ou agrava-se a situação ou melhora-se a situação, estou confiante que não se agrave e que haverá condições para essas decisões.»

Carlos Miguel Amaral (PS):

Disse o seguinte:

«Senhor Presidente da Câmara, a crítica não é ataque e muito menos pessoal, a democracia é assim, tal como o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel referiu, faz parte, o senhor é que às vezes se comporta como se fosse algum lesado da democracia, mas não é, portanto, isto faz parte e eu só estou aqui durante quatro anos, portanto, não me faça falar durante oito, porque eu não estive aqui, estes foram os quatro anos.

O jardim principal, consegui perceber que o demorou quatro anos, foi para trás para a frente, mas o que fica é que durante este mandato nada foi feito.

O Multiusos dos Bombeiros, não me respondeu e queria saber como é que se encontra o parecer prévio do Tribunal de Contas.

O parque de campismo, não percebi qual é o cronograma da obra, o que é que vai acontecer a seguir, aquilo está parado, disse-me que havia um projeto, mas quando é que arrancam as obras, isso é que é importante, o haver projetos vale o que vale.

O CROA, não me interessa a história, interessa-me é ser eficaz e queria perguntar, após a aprovação que foi aqui feita, em que ponto é que estamos.

Cuidados de saúde, o que eu perguntei foi se existe algum plano articulado com o Ministério para o reforço de médicos de família, para os horários de atendimento, o fecho das urgências e para a melhoria, também não me respondeu.

Em relação aos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, sabendo que esta alteração que o senhor Presidente falou não desenvolveu muito, eu só quero perceber se isto coloca ou não em causa o abastecimento de água ou a reparação de eventuais roturas à população de Peniche.»

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse o seguinte:

«Bombeiros, o processo foi para o Tribunal de Contas, já foi respondido, fizeram muitas perguntas que vão ser respondidas.

Parque de campismo, o cronograma é com a empresa não é com a Câmara, logicamente que a empresa, a partir do momento que inicie a obra, quer é concluir o mais rapidamente possível. Eu disse que o projeto estava aprovado, mas eu disse que foi levantado o alvará, quando se levanta o alvará é para executar a obra, ninguém levanta um alvará de duzentos mil euros para estar parado.

Em relação ao CROA, podem-se contar muitas histórias, neste momento quem apresentou uma proposta para a empreitada foi acima do concurso, mais de um milhão de euros, e por este valor não tínhamos condições neste momento e por é que eu disse que o assunto vai ser presente ao próximo executivo e se o executivo quiser olhar para o que lá está e executar por administração direta há essa possibilidade, se não também tem outras implicações.

Em relação aos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, eu acho que colocar isso na Assembleia, deste modo, é para destabilizar o processo, não é nada disso. Há um processo tranquilo dentro dos SMAS com os sindicatos, um sindicato respondeu de uma forma, o outro respondeu de outra forma, mas está bem encaminhado e será resolvido, não tenho razões para duvidar disso, agora, colocar em causa o saneamento ou o abastecimento de água, o que pode colocar em causa o abastecimento de água é se os próximos executivos não planearem como devem a substituição faseada da rede pública e do saneamento, se quiserem fazer aquilo que nós fizemos. Não fizemos nada, mas fizemos um bocadinho de obras por todo o concelho, com pequenas ETAR's, retirámos as saídas de saneamento para as regueiras, etc., fizemos mais de dez ou quinze obras, não fizemos nada, mas provavelmente se formos fazer o histórico, dos últimos cinquenta anos, nós fizemos mais pequenas obras, e estou a falar de pequenas obras de trezentos, quatrocentos euros, do que se calhar quatro ou cinco mandatos juntos, mas não fizemos nada.»

Carlos Miguel Amaral (PS):

Disse o seguinte:

«Eu não estou a destabilizar nada, o senhor é o Presidente do Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, eu só gostaria de saber se houve ou se está prevista alguma alteração ao nível dos horários e piquetes e perguntei a seguir se coloca ou não em causa o abastecimento de água ou reparação, mas está a destabilizar o quê, eu estou a perguntar, os munícipes podem ter interesse em saber isso, se algo que vai contra o que o senhor acha é destabilizar, é o que é.»

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse o seguinte:

«Eu refiro muitas vezes que às vezes são discutidos e falados assuntos publicamente que não deviam ser feitos por causa do interesse municipal. Esta questão, se houver mesmo interesse em saber se há alguma razão para destabilizar, é mandar um email para o senhor Diretor Delegado dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, agora, colocar isto numa sessão pública, desculpe lá, é a democracia, tudo bem.»

Hugo Martins (GCEPP):

Disse o seguinte:

«Antes de qualquer coisa, dizer que, relativamente aos senhor Deputado Carlos Miguel Amaral, a minha visão estratégica para o concelho de Peniche é completamente oposta à do senhor Deputado Carlos Miguel Amaral, considero que as suas decisões ao longo do mandato foram muito incompetentes e tem o mesmo direito de dizer em relação às minhas, mas esta é a minha opinião,

quero que a população saiba que eu penso de forma completamente oposta ao senhor Deputado Carlos Miguel Amaral e vou justificar ao longo da minha intervenção o porquê.

Como na minha opinião os mandatos são de quatro anos, não é por esta sessão da Assembleia Municipal ser a última que não vou manifestar sempre a minha preocupação ou sugestões que tenho vindo sempre a fazer, eu e os restantes eleitos, não sou mais do que ninguém, os outros também fizeram o mesmo.

Começar por manifestar a minha preocupação junto do senhor Presidente de Câmara, é uma questão que eu tenho aqui hoje, um determinado assunto, acho que já foi falado ao de leve na Assembleia Municipal, relativamente ao IP6. Não sei se em tempos se chegou a falar na colocação de radares, mas há uma parte do troço do IP6 que revela, na minha opinião, uma grande perigosidade, porque não tem separador central, não sei se deve ser colocado um separador central ou meios de dissuasão de velocidade, vou deixar isso para quem percebe da matéria, mas, de facto, eu como frequentador da estrada sinto que tem de se fazer alguma coisa, aliás, houve acidentes muito graves naquela parte onde não existe, o troço do IP6 é uma preocupação que quero aqui manifestar.

Como estamos também em jeito de fecho de mandato, gostava de deixar uma sugestão para os vindouros, algo que eu podia ter feito, relativamente ao Conselho Municipal da Educação. Acho que, por exemplo, quem nos representa da Assembleia Municipal é o senhor Presidente da Assembleia Municipal, eu acho que, por exemplo, no Conselho Municipal da Juventude tem um elemento de cada força política, acho que no Conselho Municipal da Educação, um conselho municipal tão importante como a educação, deve ter também um elemento de cada força política para mostrar as suas perspetivas. É verdade que o senhor Presidente da Assembleia Municipal representa-nos em eventos e tudo certo, é mesmo assim que deve ser, muitas vezes não podemos ir todos e estamos representado através do senhor Presidente, neste Conselho Municipal da Educação, tal como ocorre em outros, deve ter a presença e sensibilidade de todas as forças políticas.

Quero centrar a minha intervenção hoje, o meu discurso, nas sessões de esclarecimento que fizemos na campanha eleitoral, acho que é muito importante, porque é um compromisso que assumimos com a população, estivemos a ouvir as suas preocupações, as suas sugestões e foi uma grande responsabilidade estar junto das pessoas e foi olhar olhos nos olhos e assumir determinadas responsabilidades que acho que no final do mandato temos de fazer o balanço e dar respostas às pessoas.

Vou freguesia a freguesia, vou começar por ordem crescente, em termos de população, vou começar pela Serra d'El-Rei. Lembro-me perfeitamente na sessão de esclarecimento que fizemos na Serra d'El-Rei, eu gosto muito de falar em objetivos, a minha intervenção é sempre baseada em objetivos, e houve dois grandes objetivos que a população da Serra d'El-Rei manifestou quando o Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche foi ouvir a população, foram dois objetivos claros, o asfaltamento da estrada do Bértico, foi um objetivo completamente atingido e para além de beneficiar as quatro freguesias, beneficia a freguesia da Serra d'El-Rei, beneficia a freguesia de Atouguia da Baleia e beneficia a freguesia de Ferrel, porque fazem limite, em termos de fronteira, com a estrada do Bértico e há muitas pessoas destas freguesias que trabalham no Bértico, a freguesia de Peniche, estando mais longe, também há alguns penicheiros que trabalham no Bértico e também existe uma dinamização da economia local, quer da Serra d'El-Rei quer das outras freguesias, porque os moradores do Bértico que, se a estrada estiver em condições, vêm dinamizar a economia da nossa terra e do nosso concelho, sem dúvida alguma.

Por falar em asfaltamento, às vezes fala-se em decisões erradas da oposição e é mesmo verdade, porque tínhamos um empréstimo de um milhão de euros para asfaltar um plano muito bem definido, quando se diz que não há planos, o plano existia e estava muito bem definido, uma intervenção de cerca de um milhão de euros fazia face às necessidades de todo o concelho, a oposição decidiu chumbar o empréstimo que ninguém compreende, entretanto, temos a asfaltar com preços

absurdos, muito superiores, está a sair muito caro ao bolso dos contribuintes e a população diz “então para que ser o IUC, nós pagamos oitocentos mil euros à Câmara de IUC”, mas reparem, está no site da Câmara Municipal de Óbidos, em menos de um quilómetro gastou mais de duzentos mil euros com IVA, cento e setenta e cinco mil euros mais IVA, portanto, as pessoas pensam “estás aí com uma perspectiva enviesada, a dizeres aquilo que tu queres” e eu faço o apelo à população, procurem vocês próprios informação. Só naquele ano asfaltou-se na estrada do Báltico, cinco ou seis quilómetros, portanto, o dinheiro do IUC só nessa estrada está logo gasto.

Ainda este ano, a Câmara Municipal da Lourinhã fez um empréstimo para asfaltar, portanto, nós estivemos mais à frente dos outros, nós pensámos mais rápido. Eu acho que devia de haver uma mão que fosse ao bolso daqueles que chumbaram o empréstimo e retirasse o dinheiro e o colocasse na Câmara ou então fazer as contas, o preço da massa asfáltica hoje custa X, quando o empréstimo foi chumbado, no mandato anterior, custava Y e essa diferença têm de pagar, num país de direito e democrático devia ser assim. Os candidatos falam em plano, mas o plano já existia, eu não percebo, depois querem catapultar, em termos de votos, com os buracos na estrada, o que é lamentável.

O primeiro objetivo que a população da Serra d’El-Rei propôs foi atingido, o segundo objetivo que a população da Serra d’El-Rei propôs ao Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche foi apoio para o campo de futebol da Serra d’El-Rei e lembro-me que o senhor Presidente teve sempre o cuidado nas sessões de esclarecimento de dizer o seguinte: “nós apoiamos, mas tem de ser para utilizar”, porque já chegámos em tempos a apoiar outros espaços e não são utilizados, eu acho que o senhor Presidente até dizia que aquele era um espaço muito agradável e o que é facto é que é utilizado e acho que a Câmara fez bem apoiar, portanto, os dois grandes objetivos que a população da Serra d’El-Rei propôs ao Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche foram completamente atingidos.

Freguesia de Ferrel, nas sessões de esclarecimento, e quem conhece as freguesias que têm praias, só a Serra d’El-Rei é que não tem, falam muito nas acessibilidades às praias, dar mais condições aos turistas, melhores condições, também, em primeiro lugar aos locais, melhores acessos e de facto foi aquilo que foi feito, com uma candidatura bem sucedida de fundos comunitários para a freguesia de Ferrel, dois dos três passadiços que foram feitos foram na freguesia de Ferrel, um em frente ao Baleal Sol Village II e outro em frente ao Baleal Campismo e remoção do Campo de Tiro, removeu-se o Campo de Tiro não fazia qualquer sentido, uma grande poluição visual, ainda bem que se removeu, em frente ao Baleal Campismo, conheço muito bem a zona, muito maior segurança para os peões, muito maior proteção para todo aquele ecossistema, foi uma aposta claramente ganha, criou-se melhores acessibilidades e penso que é uma mais valia para o concelho, porém, acho que se deve fazer o mesmo na Baía Sul do concelho de Peniche, nomeadamente entre os Super Tubos e a Consolação, acho que é uma grande mais valia para as populações que vivem perto da Baía Sul do concelho de Peniche. Na freguesia de Ferrel, uma reivindicação também da população de há décadas, que era a iluminação entre Peniche e o Baleal, a iluminação foi feita o que transmite uma maior segurança para quem utiliza a estrada, para quem frequenta o calçadão, acho que também foi claramente uma aposta ganha, já para não falar de algum asfaltamento, não muito, que houve nomeadamente no Baleal Sol Village I, nas traseiras, que era uma reivindicação da população, aquilo estava mesmo em péssimo estado. Ainda sobre Ferrel, eramos a única Câmara da região Oeste que tinha uma equipa de sapadores permanente a tratar das suas zonas florestais, acho que, entretanto, já há outras autarquias com equipas de sapadores, mas eramos a única da região Oeste. Por fim, ainda sobre a freguesia de Ferrel, não me vou alongar muito sobre este ponto, mas diria que era a grande questão, a grande proposta que a população da freguesia de Ferrel lançou à nossa candidatura, eu diria a todas as candidaturas, que foi a construção do novo reservatório de água e reabilitação do existente, portanto, penso que podemos olhar olhos nos olhos da população de Ferrel e dizer que cumprimos, porque houve a tomada da decisão, houve o lançamento do concurso

público, a obra começou, portanto, todo o trabalho político foi feito, nomeadamente a tomada de decisão, depois, não me posso alongar, porque há um litígio entre a Câmara Municipal de Peniche e o empreiteiro e eu também não tenho conhecimento do processo, só sei aquilo que é público, mas dizem-me assim "mas estas a dizer algo que não está pronto", eu acho que podemos olhar olhos nos olhos da população de Ferrel e dizermos que cumprimos com a palavra, porque fizemos tudo, rigorosamente tudo o que estava ao nosso alcance para cumprir com o maior objetivo da freguesia de Ferrel, sem dúvida alguma. Isto tudo pode parecer um bocadinho estranho à população, porque quem está a ouvir, nem sei se estão a gravar, as pessoas são inundadas nas redes sociais com uma narrativa completamente contrária àquilo que eu estou a dizer, mas eu estou a mostrar aquilo que é a realidade, a verdade das verdades.

Freguesia de Atouguia da Baleia, nós a percorrermos a vila de Atouguia da Baleia e a percorrermos as aldeias da freguesia de Atouguia da Baleia, houve um grande objetivo que foi lançado, que foi transversal a toda a freguesia de Atouguia da Baleia, nós podemos olhar olhos nos olhos da freguesia de Atouguia da Baleia e dizer à população que cumprimos com a palavra, completamente, nomeadamente a maior reivindicação que era a unidade de execução do quartel da GNR, portanto, é um objetivo completamente atingido, está completamente finalizado, um investimento da Câmara Municipal de Peniche de cerca de quatrocentos mil euros, agora, como se diz, a bola está do lado do Governo e está do lado do Estado, ou seja, a parte que dizia respeito à Câmara Municipal de Peniche o objetivo foi completamente atingido. Outro grande objetivo da nossa candidatura e reivindicação por parte da população de freguesia de Atouguia da Baleia, também posso dizer que o objetivo foi atingido, foi a zona industrial do Vale do Grou. A Câmara fez tudo, mas mesmo tudo para trazer investimento para a nossa terra, trazer investimento que vem de fora e criar melhores oportunidades e melhores condições para os empresários locais, o foco não é só aqueles que vêm de fora, é nos dois sentidos. Vamos por partes, viabilidade económica, não é preciso, eu já disse isto e volto a dizer, um catedrático em economia para perceber que a viabilidade económica está garantida quando a procura é superior à oferta, ou seja, se nós tínhamos empresas que deram o nome, que os autarcas tiveram acesso ao nome das empresas que queriam, aliás, isso nem se trata de nomes, isso foi manifestado por empresário aqui na sessão de esclarecimento que foi feita, se a procura é muito superior à oferta, isto é válido em Peniche, em Portugal, na China, em qualquer parte do mundo, a viabilidade económica está garantida, não percebo qual é o problema do senhor Deputado Carlos Miguel Amaral, eu posso confrontar um professor universitário sobre economia e ele de certeza que vai-me dar razão, quer dizer, se a procura é superior à oferta qual é o problema, isto não tem cabimento, prejudicaram muito a nossa terra, foram decisões muito incompetentes. Vamos à viabilidade financeira: houve duas entidades financeiras que mostraram que tinham a disponibilidade para emprestar o dinheiro à autarquia, a autarquia com a venda dos terrenos ia reaver esses dinheiros, e já disse e repito, os autarcas ficaram completamente sem saída quando levou com o argumento de que todo este projeto só se tornava efetivo se tivesse a aprovação do Tribunal de Contas, fazem uma complicação com as contas, as empresas se fossem assim fariam em dois dias, mas contas do quê, contas é mostrar o que foi mostrado e depois tem o Tribunal de Contas que vai validar, o projeto só se tornava efetivo se tivesse a aprovação do Tribunal de Contas, então qual é que é o problema. O estudo foi apresentado ao detalhe, não ficou a faltar nada, e quando os autarcas estavam preparados para vir com um discurso e dizer que era tudo fechado, completamente mentira, foi tudo comunicado, todos os órgãos de comunicação do concelho estiveram presentes, a 102 FM gravou tudo, a população foi convocada em todos os canais de comunicação, foi tudo público, não ficou a faltar nada, foi mesmo só maldade, com uma diferença, eu acho que a zona industrial de Vale do Grou vai avançar, mais cedo ou mais tarde, mas há algo que nós não podemos esquecer, há investimentos que nós perdemos o tempo não para, as empresas não esperam, não sei se estão a ver o filme, há outros concelhos que estão a agarrar as oportunidades com as duas mãos, já dei o exemplo de Alcobaça, ainda agora veio o exemplo da Figueira da Foz,

uma empresa alemã vai investir fortíssimo na compra de lotes de terreno na zona industrial da Figueira da Foz para criar postos de trabalho, são oportunidades perdidas que não são recuperadas, é claro que eu tenho para mim que um executivo com bom senso vai agarrar neste assunto, agora, como é que se vai buscar aquelas oportunidades, que coragem há quando se diz que o Presidente da Câmara é que é comunista e é contra as empresas, quer dizer, não deixaram as empresas vir para cá, não quiseram o desenvolvimento da nossa terra, por tática política, para não aparecer nada e agora vêm com o discurso das empresas, isto não tem cabimento.

Peniche, Centro Cívico, a antiga Central Elétrica, era um investimento que estava ali parado, há pessoas que me dizem “então o que é que se fez em Peniche”, a antiga Central Elétrica foi um investimento que foi feito pela Câmara Municipal de Peniche através de uma candidatura dos fundos comunitários, uma obra que estava completamente ao abandono, as infraestruturas, mais de uma década, vinha um projeto de trás, mas acho, daquilo que é público, que vinha com alguns erros, é uma obra que está ao serviço das pessoas e, nomeadamente o esforço que a Câmara fez ao nível dos equipamentos.

Reabilitação das Muralhas, sobretudo ao nível da primeira fase, eu acho que a primeira fase da reabilitação das Muralhas foi importante, porque é a conservação do património dos penicheiros e das penicheiras, eu acho que é muito significativo e acho que foi uma aposta ganha, fica a faltar realmente a segunda fase.

Relocalização da Marginal Norte, acho que é um projeto que foi difícil ao longo do tempo, foi sete anos a trabalhar no projeto, acho que a candidatura está bastante bem encaminhada, agora é só esperar que seja aprovada.

Parque de campismo em Peniche, é preciso escrutinar e falar verdade uma vez por todas, o parque de campismo foi vendido ou não, é preciso esclarecer a população, porque nas redes sociais às vezes baralham as pessoas. O parque de campismo não foi vendido, é uma concessão em que a Câmara está a receber setecentos e cinquenta mil euros e a empresa está a pagar, porque essa questão muitas vezes é levantada e a empresa está a pagar setecentos e cinquenta mil euros ao Município de Peniche. Não podemos esquecer que o parque de campismo estava numa situação muito lamentável, a ASAE chegou a encerrar o parque de campismo, estava numa situação deplorável, portanto, encontraram uma solução, temos uma empresa que paga esta enormidade de dinheiro, setecentos e cinquenta mil euros, eu acho que é ter visão, acho que foi um ato de inteligência e ressaltar aquilo que o senhor Presidente disse em termos da taxa turística, imaginem o que é, mesmo só um euros, milhares de pessoas a pagar taxa turística. Eu acho que o parque de campismo é uma forma de garantir a sustentabilidade financeira do Município de Peniche.

Também destacar aqui o SmartOcean, também acho que foi uma aposta ganha, acho que houve uma grande parceria entre várias entidades, nomeadamente entre a Câmara Municipal e a Escola Superior de Turismo e Tecnologia do Mar, entre outras, acho que estas parcerias são importantes para o desenvolvimento da nossa terra, esta união que existe, eu acho que ficamos todos a ganhar.

Também quero destacar em Peniche, considero importante, é talvez o mais importante, a reabilitação das escolas primárias, há muito para fazer ao nível das escolas, quer ao nível da Escola Secundária de Peniche, que ao nível da Escola D. Luís de Ataíde, que ao nível da sede do Agrupamento de Escolas de Peniche, há um mundo para investir, mas eu acho que tem de ser através de fundos comunitários ou com o apoio do Estado, a Câmara acho que não tem capacidade, são quantias de dinheiro muito avultadas, estamos a falar em vários milhões só para a sede do Agrupamento de Escolas de Peniche, essa era a estimativa, mas eu acho que esta reabilitação das escolas primárias, não estão todas boas, é evidente, algumas até podem ter falhas consideráveis, mas acho que os trabalhadores do Município têm feito um grande trabalho, eu conheço algumas e estou impressionado sinceramente com o trabalho que foi desenvolvido e pelas condições que as nossas crianças têm, algumas escolas, não todas evidentemente, algumas continuam com

necessidades. Ainda em Peniche, também o apoio que a Câmara deu para o multíusos dos bombeiros, também acho que é importante destacar.

A situação financeira e tudo aquilo que foi o contexto económico-financeiro destes anos, e por falar em situação financeira eu até acho que a melhor medida que este Governo tomou até agora foi literacia financeira, muito importante nas escolas, até mesmo aqui, para a tomada de decisão, é importante, porque, convenhamos, estou aqui perante dados oficiais, dados reais, um rácio que tem como objetivo medir a capacidade financeira do Município em dar resposta aos compromissos assumidos, no entanto, considerando que o que está em análise são pagamentos e recebimentos, a tendência é para estar acima dos 100% e isso tem estado garantido ao longo dos dados oficiais disponibilizados pela Câmara Municipal de Peniche, portanto, quando se diz às vezes que não há margem para contrair o empréstimo está aqui o argumento mais forte de todos, portanto, tomam-se decisões sem saber o que se está a fazer, é à toa. A autonomia financeira do Município tem vindo a melhorar, estava em 64% e está em 69%, aliás, qualquer pessoa que tenha uma empresa sabe que um dos indicadores que qualquer banco pede é a autonomia financeira. Falando também na dívida total da Câmara, a 31 de agosto de 2021, era de oito milhões setecentos e noventa e três mil euros, a 31 de julho de 2025, é de cinco milhões quinhentos e setenta e oito mil euros, portanto, um esforço muito considerável, uma redução muito significativa da dívida total da Câmara Municipal de Peniche. Eu tenho de ter esta intervenção mais intensa, porque eu tomei como opção não responder nas redes sociais e, portanto, resumo a minha intervenção aqui, porque as pessoas falam, às vezes, sem conhecimento, falam nas redes sociais, e isto é para os arautos das redes sociais, para os perfis falsos, falam que a Câmara tem passivo, pois tem e depois sabem o que é que a Câmara tem, tem ativo, e depois, o que é que são os capitais próprios, é o ativo menos o passivo, e quanto é que a Câmara Municipal de Peniche tem de capitais próprios, vinte e dois milhões de euros positivos, portanto, quando vamos para as redes sociais levantar falsidades e mentiras temos de saber aquilo que estamos a dizer, falam em passivo, mas por que é que falam em passivo. A Câmara tem ativo e tem passivo e de pois há os capitais próprios, qualquer pessoa sabe que é o ativo menos o passivo, portanto, literacia financeira, parabéns ao Governo por trazer literacia financeira.

Conseguiu-se isto tudo com uma pandemia que ninguém estava à espera que mexeu com as contas das famílias e das empresas e percebe-se facilmente que mexeu com as contas da Câmara Municipal de Peniche, tudo isto com uma descentralização de competências, esse calculo foi feito e apresentado oficialmente pela Câmara Municipal de Peniche, em que a Câmara Municipal de Peniche levou uma pancada, só na educação, de um milhão e seiscentos mil euros por ano, dá jeito a alguns autarcas não querer saber, e não sei por que é que alguns arautos das redes sociais nunca falam isto. Depois, aquilo que muitas vezes os senhores Presidentes de Junta de Freguesia vêm para aqui queixar-se, o aumento do combustível aumentou, a luz aumentou, pois, é verdade, não estão a mentir, mas o combustível da Câmara também aumentou, a luz da Câmara também aumentou, os salários também aumentaram, porque é que nós não fazemos um trabalho sério e dizer a verdade e eu penso que estiver a ouvir isto em casa tire as suas próprias conclusões e vejam quem tem razão.

Toda esta performance financeira da Câmara Municipal de Peniche foi com o IMI quase a bater no limite inferior possível por lei, porque era muito fácil apresentar uma situação económico-financeira melhor fazendo, por exemplo como a Nazaré, pratica a taxa máxima de IMI, pratica taxa máxima e IRS, pratica derrama máxima e mesmo assim, segundo eu vi no "Região da Nazaré" um dos candidatos diz que tem uma dívida de trinta e dois milhões de euros, portanto, façam os comparativos com Peniche e vejam bem. As pessoas perguntam "para onde é que vai o dinheiro do IMI, do IRS", só no IRS está dois pontos percentuais que estamos a colocar nos bolsos das famílias, ou seja, houve uma proposta da Assembleia Municipal e outra do senhor Presidente, dois pontos em sede de IRS por ano, estamos a falar de seiscentos mil euros por ano, para onde é que vai esse dinheiro, para o bolso das famílias do concelho de Peniche, porque as pessoas pagam IRS no Município de Peniche, a taxa pode ir de 0 a 5, e se nós praticamos 3%, logo, estamos a

devolver à população 2%. A Lourinhã, por exemplo, tem o IMI mais alto que nós, tem uma taxa de IRS mais alta que nós, a derrama é a mesma, mas não isenta empresas com volume de negócios inferior a cento e cinquenta mil euros, pratica uma taxa baixa, mas pratica, nós isentamos.

Eu estou muito satisfeito, porque eu acho que é assim que se governa, com impostos baixos apresentar resultados, porque com impostos altos qualquer um sabe governar. Ainda há pouco estava um dirigente do PSD aflito, pois claro, eles não quiseram baixar o IMI nem o IRS às pessoas, abstiveram-se, quer dizer, o Governo Central baixa IRS e depois o PSD daqui não quer baixar, não faz sentido nenhum, isto é uma contradição absoluta, por isso é que os dirigentes do Partido Social Democrata estão zangados com o que eu estou a dizer.

Para terminar, se mais alguma vez participar gostava de ter outro registo, porque quem me conhece sabe que eu sou uma pessoa de bem com a vida, sou feliz, tenho dias bons outros menos bons, como todas as pessoas, mas sou uma pessoa tranquila e de bem com a vida, mas aqui na Assembleia Municipal tive de ser mais intenso.

Quero agradecer, em primeiro lugar, a uma pessoa que me convidou para estar aqui hoje, que muito me honra e orgulha, o senhor Henrique Bertino. Eu podia ser convidado por outra pessoa qualquer, mas não, tinha de ser o senhor Henrique Bertino e se algum dia as pessoas me virem na rua vão-me associar a Henrique Bertino e isso para mim é um motivo de honra e de orgulho que não tem limites, portanto, nunca vou esquecer o convite que me fez, quando começámos a trabalhar, antes da campanha eleitoral, foi uma aprendizagem muito grande, sempre quis estar aqui e penso que estive do lado certo da história e procurei sempre ter as melhores decisões. Agradecer à população, a todos os que votaram em nós, a todos no geral, porque depois de eleitos também estamos a representar os que votaram em nós e os que não votaram, portanto, um agradecimento muito grande a todos os que se associaram à nossa equipa, um agradecer interminável, obrigado por tudo e desculpem alguma coisa.»

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse o seguinte:

«Eu sinto-me obrigado a fazer esta intervenção e apelo à memória do senhor Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador, porque nós estamos aqui na Assembleia há 20 anos, se se recorda de alguma vez alguém ter pedido à PSP para vir à Assembleia Municipal. Isto é "sui generis", aqui, nesta casa, à partida, quem tem competência para o fazer, ou é o Presidente de Câmara ou, na Assembleia Municipal, pode ser o Presidente da Assembleia, e eu fui confrontado com dois polícias, há pouco, que tinham sido chamados pela senhora Presidente da Junta de Freguesia de Peniche, isto está tudo trocado e eu quero fazer este registo. Se quisessem tomar alguma medida, se quisessem fazer alguma sugestão tinham de colocar a questão ao senhor Presidente da Assembleia Municipal e conferenciávamos, porque eu não verifiquei que houvesse alguma razão para isso.»

Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Disse o seguinte:

«Eu não sei o que é que se passou, acho que nenhum de nós sabe o que é que se passou, mas há uma coisa que eu sei, as forças de segurança são chamadas, mas não podem intervir, não podem fazer muito mais do que isso, quem dirige os trabalhos é o senhor Presidente da Assembleia, portanto, qualquer problema que seja colocado é colocado ao senhor Presidente da Assembleia Municipal, aliás, tem de haver separação de poderes, nós somos um órgão autárquico. Não sei qual é que é o problema, mas acho que o senhor Presidente da Assembleia deve saber o que se passou e, se faz favor, deve esclarecer todos os membros da Assembleia que é para nós estarmos em pé de igualdade de circunstâncias, em termos de informação, para mim isto é uma surpresa.»

Presidente da Mesa, Joaquim Farto (PS):

Disse o seguinte:

«Para mim também é, de facto, uma surpresa, ainda não entendi absolutamente nada, mas espero vir a, posteriormente, saber o que passou, de qualquer forma agradeço ao senhor Presidente da Câmara a intervenção que fez junto das autoridades.»

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

O senhor Presidente da Mesa deu a palavra aos cidadãos presentes que manifestaram intenção de intervir, apresentando-se de seguida, de forma sumária, nos termos do n.º 6 do artigo 49.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, os esclarecimentos que foram solicitados e as respostas dadas:

JOÃO PEDRO SILVA:

Disse o seguinte:

«Pergunto ao senhor Presidente da Assembleia se há segurança na sala para que eu possa falar.»

Presidente da Mesa, Joaquim Farto (PS):

Disse que num órgão desta natureza o senhor João Pedro Silva, naturalmente, teria toda a segurança, contudo, caso se sentisse inseguro poderia manifestar-se.

JOÃO PEDRO SILVA:

Disse o seguinte:

«Quero pedir a sua compreensão e de todos, vocês têm a oportunidade de, ou de quinze em quinze dias ou todas as semanas, vir expor todas as vossas ideias, as vossas convicções, eu há seis anos que não vinha aqui, por isso os cinco minutos peço que prolongue tal como prolongou ao senhor Deputado Hugo Martins.

Acho que praticamente todos me conhecem, porque o meu contributo foi importante para que todos estejam aqui sentados há oito anos, toda a gente me conhece, uns mais próximos outros mais distantes, toda a gente me conhece nesta sala, uns a nível pessoal, outros a nível familiar. Fazendo uma pequena introdução, o que me traz aqui foi uma coisa que eu aprendi à oito anos e que me fez olhar as coisas de outra forma, foi procurar gente boa e boa gente, há coisas que eu não me esqueço, entretanto tive a oportunidade de ser funcionário público, devem estar-se a perguntar sobre o porquê de eu estar vestido, toda a gente aqui na sala sabe que já fui despedido da Freguesia de Peniche, mas fiz questão de o fazer. O meu pai toda a vida foi funcionário público, veste a camisola, a dele, mas as vossas também, o meu pai veste, tal como eu vesti durante cinco anos, as vossas camisolas, porque as vossas convicções, as vossas promessas, as vossas teorias na prática, no terreno não são vocês que lá estão, são os funcionários públicos, isto para vos explicar que eu, desde muito novo, sempre me senti injustiçado pela forma como a maior parte da sociedade olhava para um funcionário público, é o coitadinho, não tem mais trabalho em lado nenhum, é um delinquente, é o que precisa de apoio, e eu tornei-me funcionário público, entrava à minha hora, saía à minha hora e todos os dias desempenhava as minhas funções a querer mudar esse estigma da sociedade, todos os dias tentava fazer um bocadinho diferente até que fiz diferente demais para o gosto de alguém. Houve um dia, há 18 meses, quando me apercebi que o Município fez cumprir a lei do pagamento do subsídio de penosidade e insalubridade aos seus trabalhadores, no seguimento do que eu estava a falar, a visão que todos tinham sobre os funcionários públicos, toda

a gente diz que o ordenado é pequeno, mas ninguém quer ir para lá, preferem estar aqui sentados, se vocês quiserem fazer cumprir as promessas que têm vão para a rua trabalhar, não fiquem aqui sentados. Eu vi a alegria dos funcionários do município por estarem a ser reconhecidos por oitenta euros a mais de ordenado, cento e vinte euros a mais de ordenado, o subsídio toda a gente sabe, principalmente os senhores Presidente de Junta de Freguesia devem estar fartinho de ler e de reler aquela lei, mas têm uma bota para descalçar e foi isso que eu vim aqui fazer hoje. Eu pedi o subsídio ao executivo da freguesia, a qual eu representei durante cinco anos, a resposta foi o que me aconteceu no final, serventia é a porta da casa, foi-me instaurado um processo disciplinar que demorou quinze meses, mantive-me a trabalhar e a exercer as minhas funções, se fui alvo de assédio no trabalho? Fui. Fui alvo de chacota e de gozo? Fui, pelo executivo, pelos meus colegas, fui, passei mal? Passei, mas passou. Deram-me a oportunidade de eu estar suspenso durante dois meses e meio por medo de agressão aos meus colegas, eu agredir alguém, não, sou inteligente o suficiente para não fazer isso, por isso é que eu estou aqui hoje, ironia das ironias é a última Assembleia deste mandato, estou aqui hoje, estive dois meses e meio, tempo suficiente em casa para pensar como é que havia de dar a volta à situação, porque, e pegando num ditado popular, nós não podemos contar só com a nossa esperteza, temos de contra também com a esperteza do outro, e vou dizer mais um ditado, nunca devemos cuspir no prato onde comemos, sempre ouvi estes dois ditados e podia estar aqui até às três da manhã a dizer ditados populares. O que é que me traz aqui? No meu processo disciplinar, só para terem a noção, o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia tem curiosidade, falou com o meu pai, eu respondo-lhe hoje, estou aqui e se alguém tiver curiosidade posso fotocopiar o meu processo e entregar a todos, vão ficar estupefactos, uma das acusações que levou ao meu despedimento foi eu ter acumulado funções durante quatro meses num supermercado em Peniche, como não tinha autorização processo disciplinar, outra das acusações foi ter ingerido uma cerveja no horário da pausa, não está presente, mas gostava de perguntar ou se é do vosso conhecimento se há algum funcionário público que não ingira álcool, que não seja consumidor de estupefacientes, pensem, em 100% se calhar 60% fazem isso, mas, pronto, tudo bem. Isto tudo foi desenrolado após o pedido do subsídio, fui despedido, fui obrigado a seguir com a minha vida e hoje estou aqui para dizer uma coisa muito simples, encarem isto como uma ameaça, como um aviso, entendam vocês isto como quiserem, mas oiçam o que eu vos vou dizer, eu estou a olhar para os Presidentes, candidatos, quem me estar a ouvir em casa e andar com isto para trás três e quatro vezes, eu vou dar um prazo, têm até ao último dia útil de novembro, vou deixar passar, desculpem-me a expressão, mas é utilizada na televisão, “a palhaçada” da campanha eleitoral, vou deixar passar isto, quem tiver de ganhar que ganhe, vão lá para a vossa cadeirinha e para os quatro Presidente de Junta de Freguesia do concelho de Peniche vou dar até ao último dia útil de novembro para fazer o pagamento do subsídio de penosidade e insalubridade (SPI) como manda a lei a todos os funcionários das ditas freguesias, inclusive àquela que eu estive a trabalhar, esse dinheiro é-me devido, não é pelo valor em causa, ainda é algum, mas é por me terem dado uma camisola e por eu ter exigido um direito meu e de todos os meus colegas, apesar desta luta ter sido feita sozinha. Eu lembro-me, ao início do senhor Henrique Bertino ter ganho a Câmara, a oposição dizia que era a luta de um homem só, o homem estava sozinho na Câmara, pois, eu também tive uma luta sozinho, o senhor Henrique Bertino optou por não concorrer, eu não tive opção de escolha, fui despedido e como não contaram com a minha esperteza então agora vão ter as consequências devidas. Que ganhem que não ganhem, quem ganhar as eleições para a freguesia tem até ao último dia útil de novembro para fazer o pagamento diário, daí para a frente, e o pagamento principalmente com retroativos, a lei é de novembro de 2021, vocês em 2020 aceitaram uma delegação de competências entre a Câmara e as freguesias, eu tive acesso a esses documentos todos, a Câmara paga a vocês para vocês porem os vossos trabalhadores a fazer esse trabalho, o que é que vocês fazem ao dinheiro, festas e bolos não enganam tolos, quem trabalha pela vossa cara são os vossos funcionários, não é mais ninguém, a cara de uma empresa são os funcionários, bem ou mal, desdentado, careca, mas

são eles que lá estão, à chuva, ao sol, por isso vou dizer uma última vez, informem-se, leiam a lei que prevê uma auditoria externa a quem desempenha as funções ou não do quadro de pessoal que vocês têm a trabalhar convosco, essa empresa externa atribui um dos três níveis de pagamento e vocês façam cumprir a lei se faz favor, porque senão, a partir dessa data, primeiramente a Freguesia de Peniche, depois as outras três em simultâneo vão ser alvo de inspeções, de auditorias, de denúncias, de queixas da minha parte e por isso é que aqui vim, isto está a ser gravado, vai ser escrito, se tiver alguma represália sobre isto, amigos, o 25 de Abril foi à 50 anos, não brinquem mais com os outros, chega de brincar com os outros. Vou dar pequenos exemplos, aqueles dois meses e meio que eu estive suspenso da Freguesia de Peniche, não tinha trabalho, tinha tempo em casa, reuni informação não só sobre a Freguesia de Peniche, mas sobre as outras três. Vou levantar aqui algumas questões para vocês tirarem as vossas próprias conclusões e mostrar-vos que não estou aqui a falar de boca fechada ou à toa, é para levar a sério o que eu vos estou a dizer, vocês ou quem ganhar, se é para ser uma luta de um homem só estou aqui, estou aqui para ficar efetivo, tive lá para ser despedido e estou aqui para receber o que é meu, eu, os meus antigos colgas da Junta de Freguesia de Peniche e todos os outros das outras freguesias, porque sim, a realidade que eu conheço das outras freguesias é que acabam por se aproveitar da falta de conhecimento, da falta de habilitações, éticas, sociais e morais os vossos trabalhadores para colherem os louros sobre esta situação é, é o que acaba por acontecer. Ontem foi curioso, eu ouvi o Silva, toda a gente conhece o Silva, foi a primeira pessoa representante da Coligação Democrata Unitária com quem eu falei sobre o subsídio, foi no dia a seguir a eu saber que a Câmara tinha começado a pagar, porque era da oposição e eu não sabia como havia de chegar ao executivo da freguesia sobre o pagamento do subsídio e queria saber, também, a opinião da oposição, porque à oito anos aprendi o que é a política em Peniche, aprendi muito e depois fui aprendendo nos cinco anos que estive na Junta de Freguesia, isso então tirei o mestrado em política, política e coisas que não se deve fazer na política, o mais importante é isso, para mim, na minha situação atual, então falei com o Silva, não sei se o senhor Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei está recordado de receber um telefonema nessa tarde, em que o Silva perguntou "senhor Presidente vocês está a pagar o subsídios aos seus trabalhadores" e a resposta foi esta "eu não, deus queira que eles nem saibam disso", foi esta a resposta, não tenho problemas, não tenho nada contra ninguém, só quero o que é meu. Vi que a partir da oposição não ia chegar lá e então, já que tinha um processo disciplinar, sindicalizei-me. Após me sindicalizar os dirigentes sindicais da nossa cidade, do nosso concelho, os mesmos que lutaram para a atribuição do mesmo subsídio que eu estava a pedir, recusaram-se ou por interesse ou por proximidade, as coisas um dia sabem-se, recusaram-se à minha defesa, tive de ir buscar dois delegados sindicais fora, um de Leiria e um do Bombarral, vi que as coisas não estavam a ser bem feitas conheci a senhora Dra. Cristina Torres, a Presidente Nacional do Sindicato, tive uma reunião com ela e as coisas começaram a mexer de outra forma. Para completar isto do Silva, o Silva ontem teve o debate para a Junta de Freguesia de Peniche e então dizia de uma forma muito leviana "os trabalhadores, é inadmissível estar há quatro anos à espera do pagamento de um subsídio", mas ele há dezasseis meses podia ter feito alguma coisa, não fez, por isso é que eu vos digo, política em Peniche, conheço-os a todos, mas há uma coisa que eu vos garanto, vocês a mim, ninguém me conhece. Conheci a senhora Dra. Cristina Torres e conforme o problema se foi escalando tive de começar a conhecer mais pessoas, estive dois meses e meio em casa e então conheci o senhor Pedro Serrasqueiro, conhecem, eu tive o prazer, um senhor simpático, é o Presidente de quem faz as auditorias às finanças das freguesias, da Câmara, é quem recebe e distribui aos investigadores as denúncias feitas, isto para vos dizer o quê, volto a dizer, até ao último dia útil de novembro os trabalhadores e eu inclusive o pagamento com retroativos na conta bancária, o mesmo para as outras três freguesias e agora dando pequenos exemplos que são para os quatro Presidentes. Uma gestão de oito anos muita gente errou, falando na Freguesia de Peniche, vejam os outros três se se reveem nesta situação ou se podem vir a ter piores, cuidado, pagamentos a serviços prestados por

membros do próprio executivo, é legal, é legítimo ou pode ser considerado crime de peculato, depende, alguém tem de investigar, mas não sou eu, a venda de equipamento público, é vosso, é meu, é de todos, da Freguesia de Peniche dois Dumper, as infraestruturas completas do antigo armazém, uma retroescavadora, duas ou três carrinhas e o pagamento de cinquenta ou sessenta euros a mais em horas extras durante três ou quatro anos a três ou quatro funcionários, alguém há-de investigar, a utilização do carro da firma que é um carro público para fins pessoais, o uso abusivo de captação de imagem e som de forma ilegal nas instalações da freguesia, alguém há-de investigar e agora pensam assim “que burro que ele é, agora vem para aqui avisá-los, então se ele só vai fazer a denúncia depois de novembro se não vir o dinheiro na conta, ele agora vem para aqui avisá-los do quê, agora vou resolver as situações”, não amigos, não resolvem nada, alguém há-de investigar. Os outros três Presidente ou candidatos para as Juntas de Freguesia pensem nestas pequenas coisas que eu estou a dizer e vejam qual foi a gestão que fizeram, isso agora é com vocês, eu aqui não estou a ameaçar ninguém, agora se eu fui obrigado a assumir atos que foram premeditados, que foram pensado com um fim, o despedimento, eu a vocês não estou a fazer isso, eu a vocês o que vos vou fazer é ter forma de vocês serem chamados à responsabilidade, têm o rabo preso, temos pena, é o que é, faz parte, porque um dia pensaram que eram espertos e não contaram com a minha esperteza. Para concluir, entre muitas coisas que eu podia estar aqui a dizer, sei que a Freguesia de Ferrel faz o pagamento a um ou dois funcionários que fazem trabalho de cemitério, é curioso, a Atouguia da Baleia também tem cemitério e a Serra d’El-Rei também tem cemitério, porque é que uns pagam e outros não pagam, qual é a diferença entre os trabalhadores, aqui não diferença nenhuma, no recibo de ordenado são todos Assistentes Operacionais, todos, a única diferença são vocês mesmos que gerem uma casa pública como se fosse a vossa casa, aprendam, esta casa não é vossa, é de todos, por isso o que eu estou a pedir é meu e têm de pagar, aconteça o que acontecer. Para concluir, tinha de fazer este gesto e de forma pública, porque como expliquei inicialmente eu vesti uma camisola com um propósito, trabalhar, ter um rendimento, como é normal, mas de fazer melhor, fazer mais, acreditem que foi mesmo, e de uma momento para o outro obrigaram-me a tirar a camisola, agora com a ausência da senhora Presidente da Junta de Freguesia de Peniche a quem eu ia entregar a roupa que ela por livre vontade me entregou e visto que o segundo ditado do exemplo que eu dei “nunca se deve cuspir no proto onde se come” eu já sei a quem vou entregar a roupa, vou entregar a roupa à Bancada do Partido Social Democrata, são as pessoas mais indicadas para lhe fazer chegar a minha roupa que ela deu por outro partido, com outra ideias e agora mudou, o que é que mudou em oito anos, a pessoa é a mesma, o gosto pelo poder, o gosto por “acima de mim não está ninguém”, porque sim, eu fui despedido mesmo por causa disto “acima de mim não está ninguém”, eu aceitei o meu despedimento e graças a deus tenho a minha vida com futuro, costuma-se dizer “fecha-se uma porta abre-se uma janela”, não, a Freguesia de Peniche na pessoa da Presidente, Teresa Lopes, fechou-me uma porta, mas passado pouco tempo abriram-me um portão bem grande, por isso eu vos digo levem isto a sério, ganhem que não ganhem, nem que seja o Tribunal de Contas a ir atrás de vocês, mas vocês vão ter de prestar declarações, acreditem que vão. Para terminar, se algum aqui presente e atual Presidente de algumas das freguesias se quiser pronunciar só tenho dois ou três pedidos, política comigo não pega, têm como responder como homens de família que são, como homens de trabalho que são e como homens de respeito que são, porque o que me leva a vir aqui hoje foi uma falta de consideração e de respeito enorme, não só pela minha pessoa, mas sobre o trabalho que eu desempenhei durante muitos anos naquela casa. Obrigado.»

João Oliveira (CHEGA):

Disse o seguinte:

«Senhor João Pedro, o meu nome é João Oliveira. Antes de mais, manifestar a minha empatia para com o sofrimento que o senhor João Pedro está, com certeza, a atravessar, porque para

vir até aqui é porque, com certeza, atravessou momentos muito difíceis que teve de acabar por, dentro de si, criar a vontade de vir até cá e expor desta maneira a sua situação, no entanto, eu sinto-me no dever de dizer o seguinte. Em primeiro lugar este é um órgão que não é a sede própria para fazer esse tipo de reivindicação, o tipo de reivindicação que o senhor João Pedro faz, justa ou não, porque eu não tenho conhecimento de causa para poder fazer um juízo de valor, é feita em sede própria que neste caso seria um Tribunal de Trabalho e, por outro lado, a forma como se dirigiu a todos os que estão aqui presentes acaba por ser profundamente injusta, porque no fundo está no seu discurso a ter uma forma muito política de se dirigir a nós e acabar por nos incluir numa situação que não temos, todos, qualquer tipo de ligação possível com os factos que foram sucedendo. O senhor João Pedro faz referência direta a candidato, não há aqui um número enorme de candidatos, bem pelo contrário, não é o meu caso, por exemplo, nunca foi desde o início e não vai ser, e da mesma forma que traz para cima da mesa uma série de questões que, como eu lhe digo, acabam por ser acusatórias e isso tem sede própria, se não é um Tribunal de Trabalho é um Ministério Público, enfim, outro tipo de coisas. Na prática, aquilo que eu pretendia dizer era só isto, porque a intervenção do senhor João Pedro obviamente sensibilizou-me e tocou-me, mas não é o órgão onde realmente tem de expor a sua situação e sobretudo na forma como o fez acaba por ser injusto com muita gente que aqui está.»

Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata (PS):

Disse o seguinte:

«Um bocadinho na linha do que foi referido pelo senhor Deputado João Oliveira, também acho que não é o sítio próprio, eventualmente até a própria Assembleia de Freguesia de Peniche, porque é uma questão que diz respeito à Freguesia de Peniche, nós não temos responsabilidade nisso e não acompanhámos o assunto, não temos conhecimento nem temos de ter, é uma questão da Freguesia de Peniche. Eu quis fazer esta intervenção, porque são referidas estas questões, se estão a cumprir, se não estão a cumprir, e eu, até porque é a última vez que aqui venho, para já, sempre tive muito rigor e deixar tudo certinho e nós sabemos, todos os que estamos aqui, o que é trabalhar, podemos estar numa função diferente, mas também trabalhamos, se o senhor João Pedro quiser ir ter comigo amanhã a Ferrel, eu estou no pátio da escola a trabalhar com os funcionários da Junta de Freguesia e vou estar a dar serventia a Pedreiro que foi a minha primeira profissão e não desaprendi, portanto, se quiser lá passar até podemos conversar, predisponho-me já a isso, aí pessoalmente, não em funções. O SPI que o senhor João Pedro diz é o subsídio de penosidade e insalubridade, a Freguesia de Ferrel paga desde o primeiro dia com retroativos a todos os funcionários, não há um que não receba, seja no cemitério, seja onde for, todos recebem, receberam com retroativos desde o primeiro dia, portanto, se o senhor João Pedro for ver os documentos que estão no site isso está lá explanado, estão lá as prestações de contas, tivemos sempre muito rigor e por o senhor João Pedro referir a questão e da forma como referiu, a colocar essas questões em causa, mas há uma questão que depende do entendimento jurídico, nós, na altura, tivemos o entendimento de o fazer imediatamente, mas não é uma obrigação de nenhuma autarquia e depende do serviço e depende dos graus, onde eles estão a intervir, mas já há jurisprudência criada sobre assunto, porque gerou, a certa altura, alguma discórdia, até no país, e também há entendimento que a freguesia é legítima de fazer ou não e não me vou pronunciar pelas opções de cada um investir onde deve investir, tem de fazer esse veredito junto dos eleitores.»

Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Disse o seguinte:

«Dizer que eu ouvi com muita atenção as questões que foram colocadas, outra coisa não seria de esperar. Dizer que a Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei tem uma situação diferente relativamente aos cemitérios, os nossos funcionários não trabalham diretamente com covais, é uma

empresa, portanto, está resolvido, está sanado o problema. Relativamente aos autos de transferência de recursos que é a nossa relação entre o Município e a freguesia, não há nenhum valor pago pela Câmara Municipal para esse efeito, portanto, não há um cêntimo para esse subsídio, o entendimento que o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel acabou de dar relativamente a este processo é real, ou seja, há diferenças de opinião relativamente a isto, e relativamente aos nossos funcionários nós cumprimos aquilo que a lei diz, aliás, chamar à atenção que, e isto é preciso dizer de forma muito objetiva, as freguesias podem decidir se têm ou não esse subsídio, porque o Estado Central não pode impor às Câmaras e às Juntas de Freguesia esse tipo de subsídio, é uma decisão do órgão freguesia, não quer dizer que esteja bem ou mal, isso é outra questão, agora, a quem compete tomar essa decisão é o órgão Junta de Freguesia ou Câmara Municipal. Eu acho que as questões que foram aqui colocadas hoje, foram colocadas e eu respeito, mas relativamente à Freguesia de Peniche deveriam ter sido colocadas na Assembleia de Freguesia. Os meus trabalhadores têm direito a subsídio extraordinário que recebem todos os meses na ordem dos cem euros por fazerem horas fora do horário de trabalho, recebem cento e dez euros, julgo que somos a única freguesia que fazemos isso e quero dar isto como um bom exemplo, porque eles merecem, porque eles fazem a Feira Medieval e passam lá X horas e têm um apoio específico, a lei prevê, e a nossa freguesia faz isso, todos os trabalhadores da Junta de Freguesia, os operacionais, recebem cerca de cento e dez euros pelo trabalho que fazem excepcional, somos uma exceção, nós tratamos bem os trabalhadores, é um direito que eles têm e nós aprovámos nesse sentido. Relativamente às outras questões não queria entrar, eu acho que são questões do funcionamento interno de uma freguesia, ainda por cima a senhora Presidente não está presente e eu não vou entrar nessa discussão.»

APRECIACÃO DE OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE PARA O MUNICÍPIO:

(continuação)

João Oliveira (CHEGA):

Disse o seguinte:

«Quero dar duas notas muito simples, porque não podia deixar de referir, nós tivemos a oportunidade inclusivamente de votar, em que eu votei favoravelmente uma moção que foi apresentada pela Coligação Democrata Unitária, em que nós pretendíamos trazer a senhora Ministra ou a Secretária de Estado da Saúde para nos prestar alguns esclarecimentos e evidentemente ajudar-nos a perceber que tipo de estratégia, ou não, é que teria para resolver os problemas relacionados com a saúde e muito especialmente com o que nos diz respeito ao nosso município e, portanto, a mim pareceu-me, na altura, que era mais que evidente que uma moção daquela natureza tinha de ser aprovada, no entanto, também tive a oportunidade de, vezes repetidas, manifestar aqui uma visão das coisas que eu trago de fora, do exterior, e também esclareci todos sobre o facto de que problemas desta natureza já os vimos e os enfrentámos em outras nações pela europa fora e foram resolvidos de outra forma que não foi estar continuamente apenas e só ligados à espera que as soluções venham de uma diretiva centralizada, de um Governo, ou seja, cada vez mais o que importa é que a população tenha serviços sanitários e que isso consiga chegar à população, sobretudo à mais desfavorecida e mais debilitada, e não é propriamente a discussão que se possa ter ou não seja, que seja de natureza mais ou menos ideológica, de como é que deveria ou não deveria, quer dizer, ideais aqui ficam de parte quando nós temos de acudir às urgências, é isso que é importante. Vou voltar a falar num tema rapidamente, porque estamos a alargamo-nos todos demasiado com os tempos, que eu já aqui abordei, nós temos em algumas nações da Europa eventos que acontecem regularmente para captar os melhores profissionais de saúde e levá-los para outras nações e isto é uma realidade que nós não vamos poder contrariar. Na última vez que eu referi este assunto o senhor Presidente da Junta de Freguesia da Serra d' El-Rei tinha defendido

uma posição que é muito característica daquilo que é a postura e a forma de estar das ideias que ele defende e que eu em parte também as partilho. Há, inclusivamente, um candidato a Presidente nas eleições que nós temos agora que defende que para não fechar as urgências, nem que tenha de contratar médicos, como se o mecanismo fosse simplesmente a Câmara Municipal chegar e contratar médicos para os meter na urgência do Serviço Nacional de Saúde, quer dizer, não sei que mecanismo o senhor candidato tem para nos propor, não funcionará com toda a certeza, a não ser que haja um enquadramento legal muito diferente daquele que existe hoje que tinha de ser completamente aprovado, discutido na Assembleia da República e ser promulgado e decretado no dia seguinte, no entanto, estas mesmas feiras que eu me refiro tiveram lugar, em 14 de setembro, em Lisboa, vão continuar a ter lugar até ao final do ano, tiveram lugar na primavera no Porto e em Lisboa também e vão continuar em Espanha, 27 e 28 de setembro, nomeadamente Madrid, Barcelona, Timișoara, na Roménia, depois vão continuar na Roménia em mais quatro cidades como Bucareste, vão passar a Sophia, depois irão para Atenas, depois irão para a Bulgária, em Budapeste, ou seja, em países onde realmente as tabelas remunerativas e sobretudo aquilo que são os incentivos mais importantes a fixar pessoas de altíssima capacidade e competência, nomeadamente da área da saúde, estas pessoas estão a ser recrutadas e a ser levadas, portanto, o problema não é nós dizermos que vamos contratar mais médicos, é pensar como é que nós conseguimos fixar os que já temos cá, porque eles estão a ir embora, se quiserem eu posso abrir o portal, eu também estive presente, é um portal onde nós vemos inclusivamente quem são os candidatos que se inscreveram nas diferentes vagas que foram disponibilizadas, ao todo duas mil vagas, e posso-vos dizer que um gastroenterologista vai para França, para a cidade de Nantes, por quatrocentos mil euros ano com dez mil euros de despesas pagas de escritório, residência, deslocação, viatura e tudo mais, nós não temos condições de competir com isto, portanto, ou nós temos realmente alguma criatividade na maneira como vamos dar algum estímulo aos nossos jovens acabados de licenciarem e depois doutorar ou então não temos maneira de discutir isto, é impossível, não se consegue competir com estes números, eu posso disponibilizar o portal e a minha senha de entrada para verem.

Foi abordado um tema pelo senhor Deputado Hugo Martins sobre as empresas, como elas se fixam e as zonas industriais. Recordo-me também perfeitamente a discussão que nós aqui tivemos todos sobre a nossa zona industrial de Peniche, recordo-me também nitidamente a forma como eu fui intervindo, tentei introduzir aqui, também, algumas luzes sobre o que era a forma como se organizavam e como se implementavam as novas zonas industriais, não têm que forçosamente ser zonas amplas com hectares de terreno aberto e armazéns amplos, porque a indústria manufatureira, como nós a conhecíamos, está em morte acelerada na Europa, temos de entender a globalização, ela já aconteceu não vai acontecer e, portanto, aquilo que nós temos realmente para propor é que a nova indústria que não é a indústria pesada, não é a indústria dos operários como foram noutros tempos, ela não precisa sequer, se calhar, de estruturas daquela natureza e foi uma coisa que eu discuti numa fase transitória tendo em conta as condições que nós temos aqui em Peniche, porque, obviamente, para atrair determinado tipo de investimentos e determinado tipo de competências nos temos de criar as condições para que elas se sintam convidadas a vir e numa fase transitória por que não o projeto atual que existe para poder dar solução imediata à necessidade de um determinado conforto e vida que as pessoas ambicionam justamente para elas mesmas no nosso município, mas não é esse o caminho e referindo-me, também, àquilo que referiu o senhor Deputado Hugo Martins sobre a Figueira da Foz eu à pouco tive a felicidade de partilhar precisamente com o senhor Presidente que depois da presença de uma pessoa dos mais elevados quadros de uma empresa alemã que esteve por cá no nosso concelho basicamente vontade para se fazer e para se realizar existe, na próxima segunda-feira eu vou ser o mandatário do início de um projeto que irá tomar forma já a partir de março do próximo ano precisamente nessa região, muito próximo da Figueira da Foz, porque se reúnem as condições para, e não são propriamente zonas industriais imensas com armazéns e gente lá dentro a trabalhar como

se faz habitualmente na indústria que nós conhecemos.

Era só estas duas notas, porque foram alvo aqui novamente de levantar-se este tema, como foram ao longo das Assembleias em que eu estive presente, portanto, sobre a saúde há que se entender que mudaram as condições de contratação dos profissionais, mudaram as condições em que são prestados os próprios serviços, as coisas segmentaram-se, a própria medicina como ela é encarada tem que ser revista, não se pode continuar a insistir apenas e só na medicina alopática e quem precisar de algum esclarecimento sobre este assunto eu estou ao vosso dispor, onde quiserem, em sede própria, e quanto à indústria é exatamente a mesma coisa, nós para produzirmos milhões de faturado por vezes são necessários três ou quatro indivíduos, um pequeno escritório numa sala de um apartamento, a indústria mudou, porque a manufatureira, essa, deslocou-se para território chinês, indiano. Também tive a oportunidade de vos dizer aqui que, basicamente, dos componentes que são introduzidos e incluídos na parte das assemblagens daquilo que são dispositivos que eu mando fabricar, embora sejam feitos na Europa, 91% dos componentes vêm todos diretamente da China, a China soube ver isto e soube adaptar-se e com isto não estou a assumir aqui nenhuma posição ideológica, menos ainda de defesa de qualquer tipo de regime, estou a dizer-vos que o mundo mudou e não vamos voltar atrás, não é possível, portanto, se encarar-mos dessa maneira, no futuro, as zonas industriais talvez consigamos até fazer muito mais do que temos agora previsto e imaginado no nosso município.»

Hugo Martins (GCEPP):

Disse o seguinte:

«Em parte concordo com o que disse o senhor Deputado João Oliveira em outra parte não, a zona industrial tem outras vantagens, múltiplas vantagens, desde logo em termos do ordenamento do território, algumas empresas, se calhar, precisam de espaços maiores e podem, naquela zona localizada é mais interessante e vamos ter um território mais harmonizado, também tem, como é óbvio, vantagens do ponto de vista ambiental, novas instalações, novos processos de trabalho, novas capacidades de reter a poluição, portanto, é interessante do ponto de vista económico, do ponto de vista ambiental, do ponto de vista do ordenamento do território, depois, no fundo a intervenção do senhor Deputado João Oliveira andou um bocadinho à volta do que será o futuro, se é mesmo aquilo que está em causa que é necessário, na minha opinião sim e sim porquê, porque as empresas querem, porque as empresas manifestaram essa vontade, portanto, se a procura quer isso existe viabilidade, concordo em parte com o que diz, mas as empresas precisam de instalações, neste momento ou daqui a cem anos ou duzentos anos, o senhor Deputado João Oliveira está a dizer que num longo prazo ou já hoje, mas isso temos de deixar o mercado funcionar livremente, temos de deixar as empresas e os empresários tomar essa decisão, porque não é só o caso da Figueira da Foz, não sei se o senhor Deputado João Oliveira está a acompanhar também em Alcobaça já tem várias zonas industriais e está a continuar a apostar forte nas zonas industriais, está a desenvolver vários polos de desenvolvimento nessas matérias, isso significa que há procura e não só a Figueira da Foz, não só Alcobaça, basta percorrer hoje em dia a internet e perceber o que acontece por este país fora.»

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse o seguinte:

«Para desmistificar, aquilo não é nenhuma zona industrial de uma dimensão como outras zonas industriais, eu conheço várias, Peniche tem um asar, não tem terrenos próprios, aquele está ali à espera pelo menos há oito anos e aquilo está aprovado e está dividido, pode ser feito por fases, o que nós tentámos primeiro foi a unidade operativa número um que era mais próxima do acesso ao outro nó, ao pé da antiga fábrica do A. Ramos & Costa, com privados e não os consegui convencer da nobreza do investimento e depois, por razões várias, também com uma ótima

localização junto ao nó que dá acesso à Lourinhã, qual era a grande vantagem eram poucos proprietários, no essencial eram três ou quatro proprietários, um com cento e cinquenta mil, outro com cinquenta mil, outro com três mil e outros residuais e qual era a grande vantagem também acrescida a isto, nós colocávamos lá as infraestruturas, era a Câmara a colocar as infraestruturas, colocava o saneamento que é uma das dificuldades maiores, colocava o gás, tinha de se reforçar a rede de água e era um processo aberto, tinha de ser em hasta pública, aliás, podia acontecer inclusive que os preços até subiam mais do que o que nós desejávamos, o objetivo não era a Câmara ganhar dinheiro com aquilo, era manter aquilo em valores razoáveis que foram falados com todos os interessados e, inclusive, alguns achavam barato, alguns até que são candidatos hoje. Posso dizer que aquilo ia despoletar tudo o resto e a maior empresa que estava interessada, agora podem existir mais, um dos proprietários que também tem um carinho especial por Peniche que reside aqui, a empresa é de Vila Franca de Xira, é de produtos alimentares só para exportação, o senhor esteve aqui e deve ter pensado depois da sessão temática que eramos todos malucos, nem sei se continua interessado, depois, com o desenrolar das coisas e inclusive agora com a campanha eleitoral, eu nem sei se isto foi intencional, os decisores, de afastar os investimentos daqui, portanto, eu não tenho medo das palavras, aquilo era o início e perdeu-se mais não sei quantos anos, agora, está tudo em aberto, se quiserem fazer o estudo de viabilidade económica, logicamente que tem de ir perguntar àquela empresa se continua interessada ou se existe mais, faz uma auscultação pública, é mais que viável, estava tudo vendido e o investimento que, na altura, era de cinco a cinco milhões e meio agora já não é assim, os donos dos terrenos já nem sei, porque aquilo era o valor que estava calculado por metro quadrado no próprio programa da zona industrial, nem foi no meu tempo, foi antes, portanto, não se fez porque não se quis, o resto é tudo conversa.»

João Oliveira (CHEGA):

Disse o seguinte:

«No fundo, nós não estamos a contradizemo-nos a nada, o que nós estamos a dizer é que, de facto, numa fase que é transitória, tendo em conta as circunstâncias em que atualmente estamos em Peniche, uma zona industrial dessa natureza teria todo o interesse sem dúvida.»

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1) APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA, ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO:

A Assembleia Municipal, em cumprimento da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, apreciou a informação escrita do senhor presidente da Câmara, Henrique Bertino, acerca da atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo, tendo-se registado a seguinte intervenção:

Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Disse o seguinte:

«Qual é o valor do aumento da transferência da competência relativamente à Educação do ano passado para este ano. Percebemos todos que a Câmara tinha um défice de mais de um milhão de euros por ano e aquilo que eu quero saber é se este ano esse aumento de participação já se faz sentir ou não na arrecadação da receita que é apresentada.»

Diretor Municipal de Desenvolvimento e Governança, Rui Vargas:

Disse o seguinte:

«Relativamente à questão, é na ordem dos duzentos, trezentos mil euros.»

2) APRESENTAÇÃO DE PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO À CÂMARA MUNICIPAL POR PARTE DOS PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA:

No cumprimento do n.º 7 do artigo 38.º, Subsecção III, do Regimento da Assembleia Municipal de Peniche, usaram da palavra os senhores Presidente de Junta de Freguesia de Ferrel, da Serra d'El-Rei, de Atougua da Baleia e de Peniche.

Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Disse o seguinte:

«Nós temos um problema com a conduta, porque tem roturas regulares, se é verdade, e foi dito pelo líder da Bancada do Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche, que a estrada da Serra d'El-Rei até ao Bêltico foi reparada, mas depois temos a outra que nós temos dificuldade em desviar dos buracos e tem que ver com uma coisa que eu acho que os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento deveriam resolver, porque aquilo tem, neste momento, cerca de vinte buracos com uma dimensão significativa causado por esta conduta da água que rebenta, basta haver uma oscilação de temperatura e aquilo é um desastre para nós, portanto, nós já não temos hipóteses nenhuma de desviar dos buracos, porque eles são tantos que já não dá. Por outro lado, há aqui perigos de segurança rodoviária que são reais e aquilo que eu acho é que os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento não têm um problema financeiro tão significativo em termos de saldo e, devo lembrar que o Presidente da Câmara é o Presidente do Conselho de Administração, mas tem mais dois colegas, julgo que um é do Partido Socialista e outro é do Partido Social Democrata, aquilo que eu apelo é que se entendam e que mandem arranjar aqueles buracos todos, porque é difícil circular na via. A estrada depois da curva, onde está um grande armazém de materiais, até à entrada dos Casais de Mestre Mendo não é estrada, aquilo é outra coisa, portanto, se há um problema ele tem de ser resolvido, faltam vinte e dois dias para as eleições, eu não me interessa, que seja feita agora, quero é que aquilo seja resolvido, é o apelo que deixo.»

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse o seguinte:

«Posso dizer que não sei se a empreitada vai ser lançada, está orçamentada, e não é só aquela, dentro da cidade há outra empreitada de asfaltamento prevista, calculada, o caderno de encargos da empreitada não sei se está terminado, mas concretamente os Casais de Mestre Mendo, duas coisas, por sugestão da Comissão de Trânsito chegou-se à conclusão que entre a saída dos Casais de Mestre Mendo para a Serra d'El-Rei e a entrada para o Bêltico mereceria iluminação pública, essa já foi despachada e está a ser tratada com a E-Redes. Em relação ao asfaltamento, a única dúvida que nós tínhamos é na Rua Mendo Fróis Osório, que é mais ou menos a meio, a conduta foi levada da Serra d'El-Rei para aí, mas daí para a frente, quem vai para Ferrel, ainda não foi e o que nós tínhamos previsto, não fazia sentido estar a asfaltar tudo e depois estar a abrir, é que a empreitada se fazia daí para trás, porque isso é reconhecido.

Não tenho a mesma análise do senhor Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei em termos do saldo dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, são quatro milhões e setecentos mil euros, e temos feitos grandes investimentos e temos mantido um saldo significativo e temos mantido um saldo significativo, temos um conjunto de intervenções que também são muito exigentes, o reservatório de Ferrel era cerca de uma milhão de euros e agora vai subir de certeza, alguém vai pagar, a empreitada só ainda não foi lançada, porque entretanto vimo-nos obrigados a avançar com uma alteração ao projeto e os processos que estão em tribunal não inviabilizam isso, até por que uma coisa não tem nada a ver com outra, esse contrato já não existe, ao contrário do

que alguns andam a dizer publicamente, eu disse hoje em reunião de Câmara que ia fazer uma declaração para a ata exatamente por causa disso, porque eu não quero responsabilidades, alguém tem de assumir aquilo que diz, porque o concurso é para lançar, provavelmente já é por nós, mas quem vier tem a obrigação de o lançar, não estou a condicionar ninguém, portanto, há essa verba, depois há outra obra significativa que de uma forma ou de outra tem de ser executada, ela está integrada na candidatura e no projeto da Estrada Marginal Norte que é a alteração de tudo o que existe nos Remédios, água, saneamento e pluvial e não havendo a garantia de pagamento através da candidatura tem de ser os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento a pagar as infraestruturas e construir uma ETAR, é uma vergonha termos ali quase duas mil pessoas e o saneamento vai para o mar, e tem de o meter na ETAR ao pé do Cabo Carvoeiro, são notas que eu deixo, depois, os acabamentos se calhar os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento fazem uma parte do investimento e se não for financiado pela candidatura a Câmara tem de fazer a requalificação daquela zona toda, mas concordo em absoluto com a observação do senhor Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, até porque é uma das áreas que está prevista em termos de empreitada.

Aproveito para dizer que neste momento nós não conseguimos fazer asfaltamento, porque saíram mais duas pessoas da equipa, nós abrimos concurso para reforçar a equipa, mas esta é uma área muito complicada, por isso é que estava previsto avançar para o resto da Consolação, e há dinheiro em orçamento para isso, no Casal Moinho e em três ruas na Bufarda para além do resto de todo o concelho que precisa, que nós sabemos, mas que neste momento não estava previsto.»

Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, António Salvador (PSD):

Disse o seguinte:

«Relativamente ao projeto do Modelo/ Continente à entrada de Atouguia da Baleia, estava previsto o início das obras e o conhecimento que tenho é que a empresa já desistiu e neste momento culpa a Câmara que só lhes arranjaram dificuldades e já desistiram da implementação desse equipamento ali.

O equipamento do Lidl, também junto à rotunda de Porto Lobos.

Uma vez que estou a falar da rotunda de Porto Lobos, acho que é aquela rotunda é o nosso cartão de visita e acho que se devia fazer pressão sobre as Infraestruturas de Portugal para requalificar aquela rotunda e não só requalificá-la, acho que a falta de iluminação que existe em todo o IP6, dessa rotunda até à rotunda da Ponte da Lagoa, aquela zona do IP6 tem zona pedonal e de ciclovia, chegou a estra iluminada e a pouco e pouco retirou-se de lá toda a iluminação que havia naquela extensão.

Dando resposta ao senhor Deputado Hugo Martins, as propostas para a Atouguia da Baleia era o quartel da GNR e era a zona industrial do Vale do Grou, foi uma mão cheia de nada, a resolução dos melhoramentos à entrada da vila de Atouguia da Baleia e na Bufarda, isso ficou tudo no esquecimento.»

Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata (PS):

Disse o seguinte:

«O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, António Salvador, esqueceu-se da Barragem de São Domingos, também era uma promessa.

Relativamente à zona industrial do Vale do Grou, quando houve aqui a Assembleia Municipal, se o senhor Presidente da Câmara não se recordar basta ouvir a gravação, quando se falou deste estudo de viabilidade, que obviamente deve ser feito, eu disse que a partir de agosto desse ano estaria disponível para o ajudar a fazer e até sugeri, porque sei que o senhor Deputado Hugo Martins tem formação nessa área, que me conseguia juntar com ele e fazer e o senhor

Presidente rejeitou e eu sou qualificado para isso. O senhor Presidente rejeitou liminarmente, porque não aceitava essa ajuda e está no seu direito, mas agora não se queixe que ia gastar esse dinheiro.

Em relação àquilo que o senhor Deputado Hugo Martins disse sobre as decisões incompetentes relativamente à zona industrial do Vale do Grou, ela nunca foi votada aqui nem sequer apresentada.

Gostaria de acompanhar o senhor Deputado Carlos Miguel Amaral e também fico lisonjeado pelo meu nome estar no jornal, porque também considero tal e qual o que ele considera relativamente a esse investimento do suposto museu.

Vou entregar uma folha à Câmara Municipal, à Assembleia Municipal e a todas as bancadas, porque me incumbiram de o fazer, que diz respeito à aquilo que foram ouvindo relativamente aos terrenos do Moinho Velho, da zona agrícola, em Ferrel. Quero aproveitar para agradecer à Câmara Municipal por ter dado andamento a este assunto, na pessoa do senhor Presidente que recebeu os agricultores, a meu pedido, mas também na pessoa do senhor Dr. Rui Vargas que fez um trabalho meritório nesta área. No dia 14 de agosto tivemos reunião com os agricultores, o senhor Dr. Rui Vargas e a senhora Vereadora Ana Rita Petinga estiveram presentes, estavam algumas dezenas, e algumas das questões que foram faladas sobre o grupo foi que devia haver uma comissão de acompanhamento para que não tivesse de andar sempre aquela quantidade de pessoas a tratar do assunto com o Município e com a Junta de Freguesia no futuro. Houve um conjunto de pessoas que se disponibilizaram, vai ficar na ata da Junta de Freguesia e fica também na ata da Assembleia Municipal, que é o grupo que junto do Município irá dar continuidade a este trabalho:

- Senhor Júlio Teodoro;*
- Senhor Rui Martins;*
- Senhor Adelino Sérgio Neves;*
- Senhor José Manuel Oliveira;*
- Senhor Vítor Teodoro;*
- Senhor Jorge Agostinho;*
- Senhor Vítor Santos;*
- Senhor Armando Marques;*
- Senhor Fernando Teodoro;*

Há também duas pessoas que figuram nesta comissão a pedido dessas largas dezenas, para ajudar nesta matéria, e o senhor Dr. Rui Vargas foi testemunha disso, que são:

- Senhor Presidente Eduardo Figueira;*
- Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata.*

Relativamente ao mandato, gostava de agradecer ao senhor Presidente da Assembleia Municipal pela forma paciente com que dirigiu os trabalhos e como foi dirigindo-se a mim próprio. Dizer que fui eleito para trabalhar e para lutar por Ferrel, foi o que a população quis que eu fizesse aqui e em outros fóruns, foi o que fiz desde o primeiro, em 2021, o veredito foi claro e queriam que eu continuasse da mesma forma. Lamento os assuntos que, após oito anos, não têm resposta, mas também já não será hoje. Apresentou as minhas desculpas por algo que tenha saído menos bem, mas a intenção foi clara, era lutar por Ferrel e os resultados são factuais. Apresento os meus agradecimento também aos presentes, aos funcionários municipais, aos colegas Presidentes de Junta de Freguesia, senhores Jorge Amador, da Serra d'El-Rei, António Salvador, de Atouguia da Baleia, Teresa Lopes, de Peniche, porque considero que os quatro também fizemos história, de quatro forças políticas diferentes, tivemos um trabalho absolutamente colaborante e uma relação salutar entre as quatro freguesias do concelho, gostaria também, naturalmente de agradecer aos meus colegas de bancada e permitir-me referenciar de forma espacial o senhor Carlos Miguel Amaral, porque fui testemunha das largas horas de preparação que ele tinha para trazer assuntos,

concorde-se ou não, eu fui testemunha, porque vi, que trabalhou muito antes de cada Assembleia, e à liderança do meu amigo, senhor Henrique Estrelinha.

Continuarei atento à vida política e cívica do concelho, como não poderia deixar de ser pelo que pretendo assistir às Assembleias Municipais também, seja em modo online ou presencial e não será num futuro próximo, mas estou convicto de que voltarei a este órgão se a saúde não me falhar e muito dificilmente será como funcionário municipal.»

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse o seguinte:

«Em relação à questão dos terrenos do Moinho Velho, penso que foi um processo que começou tarde, se isto começa uns anos mais cedo a embrulhada que houve, nomeadamente em relação ao PDM, na minha opinião, não tinha ocorrido e nunca houve má vontade da nossa parte e assim que foi feita a proposta nós aceitámos, muitos não acreditaram e um dia gostava de escrever só essa parte do PDM, porque os documentos eu tenho não tenho tido é tempo para o aprofundar, naturalmente que se me for entregue hoje será entregue ao próximo Presidente de Câmara no dossier que seja entregue, mas fazia uma sugestão para que desde já que se tivesse em conta que o próximo Presidente da Junta faça parte também dessa comissão.

Em relação às questões colocadas pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, António Salvador, neste momento não sei responder em que fase está o processo do Continente, o que eu sei é que não havia acordo em relação a uma das propostas da empresa que era construir mais uma rotunda, nós temos um projeto, a execução não foi feita, o projeto tem de ser melhorado, mas o senhor Presidente da Junta de Freguesia sabe que há uma proposta de variante para Atouguia da Baleia, uma das coisas que não estava no programa de ninguém e que foi uma pena não conseguirmos desenvolver, se eu tivesse mais tempo tinha desafiado o senhor Presidente da Junta de Freguesia a desenvolver, até porque nós tínhamos isso referenciado e não era nada de muito complicado, portanto, a pretensão iria fazer com que ficássemos com duas rotundas próximas umas das outras, agora, como está o processo, hoje, não sei.

Em relação ao Lidl, o processo está a decorrer, a Câmara Municipal já aprovou, tem de ir a discussão pública e terá de vir à Assembleia Municipal.

Em relação ao IP6 concordo em absoluto com o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, posso dizer que estive a confirmar o email que preciso e este fim de semana é uma das coisas que quer fazer e tem que ver com o IP6 e o seu estado e concordo que é preciso requalificar aquilo. Eu acho que a Junta de Freguesia e a Câmara Municipal tem de fazer uma proposta para o quer na rotunda.

Em relação à iluminação, também concordo, até porque já discutimos isso várias vezes com as Infraestruturas de Portugal, com a E-Redes e internamente. O problema que houve foi num temporal que ocorreu, há uns anos, atiraram uns postes abaixo e cortaram e não há entendimento sobre quem tem de pagar. O problema é que, enquanto Peniche ou Baleal, por exemplo, o investimento foi feito entre o Município e a E-Redes e não houve problema nenhum, na altura, fiquei surpreendido pelos custos achava que era mais exigente, nesta situação a E-Redes não quer entrar e a iluminação tem de ser paga pelo Município, eu acho que temos de trabalhar nessa solução. Eu estou completamente de acordo com o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, pelo menos da rotunda para cá merecia iluminação, é um processo que quem vier, se o senhor Presidente for o Presidente de Junta de Freguesia tem de debater, não é um processo muito difícil é, no fundo, perceber qual é investimento e dentro das possibilidades tem de se ver. Comprometo-me, na exposição que fizeram, a recuperar estas duas questões colocadas, para além daquilo que pretendo expor às Infraestruturas de Portugal para ficar como documento e pode ser que entretanto eles respondam e se o fizerem partilharei com o senhor Presidente da Junta de

Freguesia de Atouguia da Baleia.»

3) APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA A SEGUNDA ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DO MUNICÍPIO DE PENICHE, PARA O ANO DE 2025:

Passando a Assembleia Municipal à apreciação do terceiro ponto da ordem do dia, apenas usou da palavra o senhor Presidente da Câmara, Henrique Bertino, que fez a apresentação da proposta da Câmara Municipal, aprovada por unanimidade, em reunião ordinária, realizada no dia 05 de setembro de 2025.

Deliberação n.º 53/2025: Submetida a proposta (n.º 2522/2025) da Câmara Municipal a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, no uso da competência estabelecida na alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, observando a alínea a) do n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 03 de setembro, nas suas atuais redações, por unanimidade, com vinte e dois (22) votos a favor, dos membros eleitos pelo Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche (6), pelo Partido Social Democrata (5), pelo Partido Socialista (7), pela Coligação Democrata Unitária (3) e pelo Chega (1), aprovar a segunda alteração ao Mapa de Pessoal do Município de Peniche, para o ano de 2025, aprovado pela Assembleia Municipal na segunda reunião da sessão ordinária de novembro, realizada em 06 de dezembro de 2024, e alterado pela Câmara Municipal, na sua reunião ordinária de 27 de junho de 2025.

4) APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA A TERCEIRA ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DO MUNICÍPIO DE PENICHE, PARA O ANO DE 2025:

Passando a Assembleia Municipal à apreciação do quarto ponto da ordem do dia, apenas usou da palavra o senhor Presidente da Câmara, Henrique Bertino, que fez a apresentação da proposta da Câmara Municipal, aprovada por unanimidade, em reunião ordinária, realizada no dia 19 de setembro de 2025.

Deliberação n.º 54/2025: Submetida a proposta (n.º 2678/2025) da Câmara Municipal a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, no uso da competência estabelecida na alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, observando a alínea a) do n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 03 de setembro, por unanimidade, com vinte e dois (22) votos a favor, dos membros eleitos pelo Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche (6), pelo Partido Social Democrata (5), pelo Partido Socialista (7), pela Coligação Democrata Unitária (3) e pelo Chega (1), aprovar a terceira alteração ao Mapa de Pessoal do Município de Peniche, para o ano de 2025, aprovado pela Assembleia Municipal na segunda reunião da sessão ordinária de novembro, realizada em 06 de dezembro de 2024, e alterado pela Assembleia Municipal na sessão ordinária de junho, realizada no dia 27 de junho de 2025.

5) APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA A REVOGAÇÃO DA TRANSFERÊNCIA DA COMPETÊNCIA PREVISTA NA ALÍNEA G) E

H) NO N.º 1 DO ARTIGO 2.º DO DECRETO-LEI N.º 57/2019, DE 30 DE ABRIL, TRANSFERIDA PARA A FREGUESIA DE FERREL:

Passando a Assembleia Municipal à apreciação do quinto ponto da ordem do dia, apenas usou da palavra o senhor Presidente da Câmara, Henrique Bertino, que fez a apresentação da proposta da Câmara Municipal, aprovada por unanimidade, em reunião ordinária, realizada no dia 05 de setembro de 2025.

Deliberação n.º 55/2025: Submetida a proposta (n.º 2535/2025) da Câmara Municipal a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, conforme previsto no n.º 1 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, por unanimidade, com vinte e dois (22) votos a favor, dos membros eleitos pelo Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche (6), pelo Partido Social Democrata (5), pelo Partido Socialista (7), pela Coligação Democrata Unitária (3) e pelo Chega (1), concordar com a reversão das competências devolvendo à Câmara Municipal as competências:

Alínea g) - Utilização e ocupação da via pública;

Alínea h) - Licenciamento da afixação de publicidade de natureza comercial, quando a mensagem está relacionada com bens ou serviços comercializados no próprio estabelecimento ou ocupa o domínio público contíguo à fachada do mesmo, com efeitos a partir do mês de outubro de 2025.

6) APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA A DOAÇÃO DOS EDIFÍCIOS DA JUNTA DE FREGUESIA DA SERRA D'EL-REI E DO FÓRUM DA SERRA À FREGUESIA DA SERRA D'EL-REI:

A Assembleia Municipal passou à apreciação do sexto ponto da ordem do dia, tendo usado da palavra os senhores adiante identificados:

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Fez a apresentação da proposta da Câmara Municipal.

Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Disse o seguinte:

«Em primeiro lugar, agradecer ao Executivo Municipal, na pessoa do senhor Presidente da Câmara, esta atitude, eu acho que tem sido uma reivindicação por parte das freguesias, desde o início do mandato, que estas propriedades possam passar para as Juntas de Freguesia, neste caso é para a Serra d'El-Rei, para os outros colegas a mesma coisa. Eu acho que devo deixar aqui uma palavra de agradecimento e de reconhecimento e dizer que aquele espaço é o exemplo de outros espaços que temos de ter no concelho, porque a atividade, os serviços que presta, a utilização pública que tem é de relevo e por isso o concelho beneficia com este tipo de equipamentos.»

Deliberação n.º 56/2025: Considerando a deliberação n.º 48/2023, de 24 de novembro, da Assembleia Municipal, que aprovou a doação do edifício sede da Freguesia de Serra d'El-Rei e Museu D. Pedro I, sitos na Serra d'El-Rei, e a entretanto constituição da propriedade horizontal do prédio urbano, sito na Avenida da Liberdade, n.º 60, freguesia de Serra d'El-Rei, submetida a proposta (n.º 2549/2025) da Câmara Municipal a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche **deliberou**, no uso da competência estabelecida na alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º

75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, por unanimidade, com vinte e dois (22) votos a favor, dos membros eleitos pelo Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche (6), pelo Partido Social Democrata (5), pelo Partido Socialista (7), pela Coligação Democrata Unitária (3) e pelo Chega (1), reiterar a doação dos edifícios da Junta de freguesia da Serra d'El-Rei e do Fórum da Serra, nomeadamente as frações autónomas, fração A - Edifício da Junta de Freguesia de Serra d'El Rei, e fração B - Edifício do Fórum da Serra à Freguesia da Serra d'El-Rei.

7) APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA A ALTERAÇÃO DA QUOTA ANUAL DA ASSOCIAÇÃO GEOPARQUE OESTE:

Passando a Assembleia Municipal à apreciação do sétimo ponto da ordem do dia, apenas usou da palavra o senhor Presidente da Câmara, Henrique Bertino, que fez a apresentação da proposta da Câmara Municipal, aprovada por unanimidade, em reunião ordinária, realizada no dia 05 de setembro de 2025.

Deliberação n.º 57/2025: Submetida a proposta (n.º 2538/2025) da Câmara Municipal a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, no uso da competência estabelecida na alínea n) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, por unanimidade, com vinte e dois (22) votos a favor, dos membros eleitos pelo Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche (6), pelo Partido Social Democrata (5), pelo Partido Socialista (7), pela Coligação Democrata Unitária (3) e pelo Chega (1), aprovar a alteração da quota anual da AGEO - Associação Geoparque Oeste para 35.000,00€.

Presidente da Mesa, Joaquim Farto (PS):

Disse o seguinte:

«Conforme é do vosso conhecimento, a passagem de transmissão de poder desta Assembleia para a futura Assembleia será efetuada pelo atual Presidente da Assembleia e aí terei, naturalmente, numa intervenção mais formal a oportunidade de fazer os agradecimentos e até uma resumida avaliação daquilo que foi o nosso mandato, contudo, gostaria de aqui deixar, na vossa presença, a minha profunda gratidão pela forma como todos vós, sem exceções, me ajudaram a conduzir esta Assembleia. Eu testemunho o facto de ter quarenta e cinco anos de atividade profissional, conduzi muitas reuniões e esta, de facto, foi um desafio muito interessante, difícil, como todos vós sabeis, e agradeço profundamente tudo aquilo que fizeram para me ajudar e compreenderem a minha ação e a ação da mesa. Isto é um jogo constante de equilíbrios e desequilíbrios, é um andar constante, nós para andarmos temos de provocar desequilíbrios e para nós fazermos andar a democracia é, de facto, com equilíbrios e desequilíbrios. Eu penso que de uma forma geral tudo correu muitíssimo bem, adorei a forma como, de uma forma elegante, se dirigiram à minha pessoa, eu aprendi muito com o senhor Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador, até no silêncio das minhas respostas, até porque ele me conhece e eu conheço-o bem, agradeço muito em particular a ele, porque ele é pertinente nas suas intervenções e isso ajuda-nos imenso.

Naturalmente, tenho de agradecer de uma forma particular aos senhores Dina Carvalho, João Oliveira, Francisco Salvador, Vítor Agostinho, Henrique Estrelinha e Hugo Martins pela paciência que tiveram para as tentativas que fizemos de reuniões prévias de preparação, mas todos nós trabalhamos, para mim os primeiros dois anos foi um sacrifício tremendo e só com a vossa ajuda foi possível ir um pouco mais além.

Agradeço aos meus parceiros de mesa, muito obrigada pela vossa intervenção.

Quero agradecer também a ajuda, sempre pronta, da parte do senhor Dr. Rui Vargas.

Agradeço, naturalmente, ao senhor Paulo Carvalho que também teve de me aturar algumas vezes e à Marina Viola que foi de facto inexcelente. Nós tínhamos como objetivo ter as atas todas em dia e ela, de facto, fez um sacrifício homérico para conseguir ter as atas todas em dia, que é também um ponto importante disto.

Penso que a democracia funcionou e isso é que é importante.

Naturalmente e por último, agradecer ao senhor Presidente da Câmara Municipal, porque teve muita paciência para me aturar em algumas situações e, naturalmente, eu a ele, mas conseguimos, apesar de tudo, ao fim de quatro anos sem nos zangarmos o que foi muitíssimo bom, portanto, o meu profundo agradecimento também ao senhor Presidente de Câmara pela forma elegante como muitas vezes me tratou e todos vós, naturalmente.

Muito obrigada e um até sempre.»

APROVAÇÃO DA MINUTA DA ATA:

Deliberação n.º 58/2025: Para efeitos de execução imediata, nos termos do número três do artigo quinquagésimo sétimo do anexo um da lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, submetida a votação a minuta da presente ata, constatou-se a sua aprovação, por unanimidade.

ENCERRAMENTO:

Sendo zero horas e trinta minutos, do dia vinte de setembro, o senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal declarou encerrada a sessão, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que contém um resumo do que de essencial nela se passou, nos termos do número um do artigo quinquagésimo sétimo do anexo um da lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, que eu, *Marina Viola*, Assistente Técnica da Divisão de Administração e Finanças, subscrevo e com o senhor Presidente da Mesa assino.

APROVAÇÃO:

A presente ata foi aprovada e assinada na sessão extraordinária da Assembleia Municipal, realizada no dia 28 de novembro de 2025, tendo sido deliberado dispensar a sua leitura, por o respetivo texto haver sido previamente distribuído pelos membros da Assembleia Municipal, ao abrigo do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 45 362, publicado em 21 de novembro de 1963.

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal,

(assinado no original)

Assistente Técnica da Divisão de Administração e Finanças,

(assinado no original)